

Revista do

EXÉRCITO BRASILEIRO

Vol. 158 – 3º quadrimestre de 2022

ISSN 0101-7184



Cooperação cultural dos Exércitos Português e Brasileiro

Relatório do 4º oficial de ligação na área cultural

Pág. 04

Welton gomes Maia Junior

Questão Letícia: as origens das disputas na região do Trapézio Amazônico e a mobilização das tropas brasileiras (1932-1934)

Pág. 22

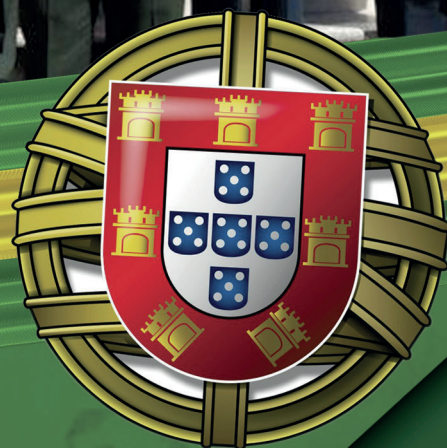
Helio Irazy Wanderley Junior

Mulheres enfermeiras na Segunda Guerra Mundial: protagonistas de seu destino

Pág. 37

Daniel Mata Roque

Margarida Rocha Bernardes





Comandante do Exército

Gen Ex Marco Antônio Freire Gomes

Departamento de Educação e Cultura do Exército

Gen Ex Flavio Marcus Lancia Barbosa

Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército

Gen Bda Luciano Antonio Sibinel

Editor

Cel Eduardo Biserra Rocha

Diretor da BIBLIEx

Corpo Redatorial

Cel Cav Marcelo Vieira de Souza Filho

Cel Art R/1 Antonio Ferreira Sobrinho

Cel Art R/1 Carlos Roberto Carvalho Daróz

Ten Cel QCO R/1 Maristela da Silva Ferreira

2º Ten OTT Ana Beatriz Ramos de Souza

Composição

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS DE HISTÓRIA
MILITAR DO EXÉRCITO (CEPHIMEx)

Avenida Pedro II, 383

São Cristóvão – Rio de Janeiro-RJ – CEP 20.941-070

Direção, revisão, diagramação e distribuição

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA (BIBLIEx)

Palácio Duque de Caxias – Praça Duque de Caxias, 25

3º andar – Ala Marçílio Dias – Centro – Rio de Janeiro-RJ

CEP 20.221-260

Tel.: (21) 2519-5707

Revisão

Cel R1 Edson de Campos Souza

Diagramação

3º Sgt Tatiane Duarte

Projeto Gráfico

3º Sgt Marcos Côrtes Pimenta

Os conceitos técnico-profissionais emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da revista e do Exército Brasileiro. A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas. Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte. Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser enviados para o editor executivo (reb@esao.eb.mil.br) e serão apreciados para publicação, sempre que atenderem os seguintes requisitos:

documento digital gerado por processador de texto, formato A4, fonte Arial 12, margens de 3cm (Esq. e Dir.) e 2,5cm (Sup. e Inf.), com entrelinhamento 1,5.

Figuras deverão ser fornecidas em separado, com resolução mínima de 300dpi. Tabelas deverão ser fornecidas igualmente em separado, em formato de planilha eletrônica. Gráficos devem ser acompanhados de seus dados de origem. Não serão publicadas tabelas em formato de imagem.

As referências são de exclusiva responsabilidade dos autores e devem ser elaboradas de acordo com as prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL

Revista do EXÉRCITO BRASILEIRO

Vol. 158 – 3º quadrimestre de 2022 – Revista do Exército Brasileiro

REVISTA DO EXÉRCITO BRASILEIRO. v.1 - v.8, 1882-1889; v.1 - v.10, 1899-1908; v.1-v. 22, 1911-1923; v. 23-v. 130. 1924-1993. Rio de Janeiro, Ministério do Exército, DAC etc., 1993 -24,8cm.

Periodicidade: 1882-1889, anual. 1899-1980, irregular. 1981, quadrimestral. 1982, trimestral. Não publicada: 1890-1898; 1909-10; 1939-40; 1964; 2010.

Título: 1882-1889, Revista do Exército Brasileiro; 1899-1908, Revista Militar; 1911-1923, Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército; 1924-1981, Revista Militar Brasileira; 1982, Revista do Exército Brasileiro.

Editor: 1882-1899, Revista do Exército Brasileiro. 1899-1928, Estado-Maior do Exército. 1941-1973, Secretaria Geral do Exército. 1974-1980, Centro de Documentação do Exército. 1981, Diretoria de Assuntos Culturais, Educação Física e Desportos, mais tarde Diretoria de Assuntos Culturais. Atualmente, Biblioteca do Exército.

ACESSE NOSSAS REVISTAS DIGITAIS



NOSSA CAPA

Imagem de capa: Foto oficial de abertura do I Seminário Internacional sobre os “200 Anos da Independência do Brasil”. Palácio dos Marqueses do Lavradio – Sede da Direção de História e Cultura Militar do Exército Português, Lisboa, 28 de abril de 2022. (Acervo da Direção de História e Cultura Militar do Exército de Portugal).



Prezados leitores!

Os sete artigos que compõem a presente edição da *Revista do Exército Brasileiro* apresentam uma multiplicidade de temas, organizados por um grupo igualmente heterogêneo de historiadores e especialistas na história e na cultura militar de nosso Exército.

Os dois artigos que abrem esta edição colocam em perspectiva as relações bilaterais entre a Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército Brasileiro e a Direção de História e Cultura Militar do Exército Português.

O coronel Welton Gomes Maia Junior, oficial de ligação cultural do Exército Brasileiro em Portugal no período de 2020 a 2022, informa-nos sobre as particularidades dessa função em seu relato de experiência, denominado “Cooperação cultural dos Exércitos Português e Brasileiro – Relatório do 4º oficial de ligação na área cultural”. Em seu texto, identificamos a riqueza do potencial histórico-militar de nossa história comum, favorecendo a realização de estudos, investigações e pesquisas no âmbito da História Militar, e ampliando a possibilidade de projetos e interações institucionais.

Na sequência, e nessa mesma esteira do fortalecimento dos laços luso-brasileiros, especialmente em decorrência da atuação de nosso oficial de ligação cultural do Exército Brasileiro em Portugal, somos brindados com o texto “Os museus militares e as coleções militares visitáveis do Exército Português: um patrimônio universal a estudar, a cuidar, a preservar e a divulgar para as gerações vindouras”, do chefe da Repartição de Museus da Direção de História e Cultura Militar do Exército de Portugal, coronel António Velez, com quem aprofundamos nosso conhecimento sobre a cultura museológica dessa nação coirmã.

O segundo segmento desta edição conta com autores do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército, a saber, o coronel Antonio Ferreira Sobrinho e o tenente-coronel Helio Irany Wanderley Junior, historiadores e pesquisadores militares, que trazem questões centrais acerca da defesa e da soberania nacional em seus textos “Coesão militar: a força da nossa Força” e “Questão Letícia: as origens das disputas na região do Trapézio Amazônico e a mobilização das tropas brasileiras (1932-1934)”.

O artigo do coronel Ferreira aborda o tema da coesão conceitual e histórica, mostrando, em diversos períodos de nossa historiografia, os acontecimentos que influenciariam sua construção e/ou desconstrução. O texto do tenente-coronel Helio, por sua vez, analisa um importante processo histórico de construção da política de defesa do Estado brasileiro para as fronteiras amazônicas, a presença militar na região, bem como o emprego das Forças Armadas brasileiras para garantir a neutralidade do país.

Finalmente, o último segmento contempla os estudos e pesquisas de militares e civis que compõem o Corpo de Pesquisadores Associados (CPA) do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEx), e dedicam-se ao estudo da Força Terrestre a partir de olhares e interesses múltiplos, conforme suas áreas de formação.

Em “O soldado e o diplomata: a guerra e a paz em Assunção”, o coronel Luiz Augusto Rocha do Nascimento apresenta, no contexto do pós-Guerra da Tríplice Aliança, os preparativos para a saída de Caxias e para a chegada do Conde D’Eu, colocando em destaque não apenas esses dois importantes vultos históricos, mas também o estado em que se encontrava a capital paraguaia, na fase final daquele conflito.

Daniel Mata Roque e Margarida Rocha Bernardes, em “Mulheres enfermeiras na Segunda Guerra Mundial: protagonistas de seu destino”, avançam no eixo temporal e alcançam aquele que pode ser considerado o maior conflito armado do século XX, a Segunda Guerra Mundial. Colocam em cena a participação das mulheres brasileiras com a assistência de enfermagem à nossa Força Expedicionária, acrescentando significativas informações e reflexões acerca do papel secundário que ocupavam na sociedade brasileira até aquele recorte temporal, bem como sobre o quase total desaparecimento “das últimas gerações de brasileiros que efetivamente viveram e lutaram nesse conflito mundial, eternizados na figura dos pracinhas e das 73 enfermeiras militares pioneiras do Brasil”.

No artigo “Arqueologia histórica e a vocação militar do morro Cara de Cão: resultados das primeiras prospecções realizadas na área”, a doutoranda em arqueologia Ane Elisabeth Modesti Simões e sua orientadora Dra. Andrea de Lessa Pinto trazem, em primeira mão, os resultados das descobertas arqueológicas da pesquisa de campo, bem como da pesquisa histórica decorrente da consulta a documentos primários, feitas, respectivamente, no morro Cara de Cão e em seu entorno, e no Arquivo Histórico do Exército, ambas com o apoio e a autorização de nossa Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural. Um trabalho primoroso que muito acrescenta à nossa história e fortalece nossos laços e interesses acadêmicos.

É com grande satisfação que trazemos aos nossos leitores mais luzes sobre esses importantes acontecimentos. Esperamos que apreciem esses três segmentos valiosos de nossa caminhada, emblemáticos dos estudos, das pesquisas, das relações e do trabalho que buscamos lapidar a cada dia, nesse esforço conjunto em prol da história militar.

Boa leitura!

4

Cooperação cultural dos Exércitos Português e Brasileiro
Relatório do 4º oficial de ligação na área cultural
Welton Gomes Maia Junior

10

Os museus militares e as coleções militares visitáveis do Exército Português: um patrimônio universal a estudar, a cuidar, a preservar e a divulgar para as gerações vindouras
António Velez

15

Coesão militar: a força da nossa Força
Antonio Ferreira Sobrinho

22

Questão Letícia: as origens das disputas na região do Trapézio Amazônico e a mobilização das tropas brasileiras (1932-1934)
Helio Irary Wanderley Junior

31

O soldado e o diplomata: a guerra e a paz em Assunção
Luiz Augusto Rocha do Nascimento

37

Mulheres enfermeiras na Segunda Guerra Mundial: protagonistas de seu destino
Daniel Mata Roque
Margarida Rocha Bernardes

49

Arqueologia histórica e a vocação militar do morro Cara de Cão: resultados das primeiras prospecções realizadas na área
Ane Elisabeth Modesti Simões
Andrea de Lessa Pinto

Cooperação cultural dos Exércitos Português e Brasileiro

Relatório do 4º oficial de ligação na área cultural

Welton Gomes Maia Junior*

Introdução

Com o propósito de ampliar as relações bilaterais, os Exércitos Português (EP) e Brasileiro (EB) perceberam a existência de um imenso potencial histórico-militar para a realização de estudos, investigações e pesquisas no âmbito da História Militar, além da possibilidade de partilha de documentos históricos. Assim, decidiram firmar um inédito Acordo de Cooperação Cultural (ACC), que vincularia as ações conjuntas da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEx) e Direção de História e Cultura Militar (DHCM) – EP. Nesse sentido, esse compromisso internacional militar permitiu, em 2015, a criação do cargo de oficial de ligação cultural (O Lig Cultural) – EB em Lisboa, vinculado à DHCM (ocupado por este autor no período de junho de 2020 a julho de 2022), e do Lig cultural EP no Rio de Janeiro, subordinado à DPHCEX.

A celebração do Acordo de Cooperação Cultural permitiu a atuação técnica do O Lig cultural nas áreas do patrimônio, história e cultura militares luso-brasileiras, sobretudo na elaboração de projetos institucionais, e também no estabelecimento de outras interações culturais em prol dos nossos exércitos, cujos benefícios imediatos possibilitaram o intercâmbio de documentos históricos, de 1500 a 1822, que retratam a nossa História Nacional Comum, digitalizados pelo Arquivo Histórico Militar (AHM) para o Arquivo Histórico do

Exército (AHEx), assim como o compartilhamento mútuo dos acervos físicos e digitais das Bibliotecas dos Exércitos Português (BIBEx) e Brasileiro (BIBLIEX), até mesmo com a inclusão dos conteúdos nos *sites* de internet das nossas instituições.

Essa aproximação histórico-militar das nossas forças e nações, por intermédio do aludido compromisso firmado, permitiu efetivas ações conjuntas que possibilitam, diariamente, ultrapassando a distância do imenso oceano Atlântico, aos historiadores portugueses e brasileiros, militares ou civis, possuidores de diversas qualificações acadêmicas, realizarem suas pesquisas, investigações e consultas, sejam elas quantitativas ou qualitativas, a respeito de temáticas comuns em proveito das nossas sociedades nacionais.

Levando em consideração a dinâmica da atual colaboração cultural, verifica-se plenamente que os propósitos delineados no acordo bilateral estão sendo alcançados e o envolvimento dos exércitos de Caxias e Dom Afonso Henriques tornou-se mais efetivo, abrangente e promissor, particularmente com as recentes iniciativas apresentadas pela DHCM e DPHCEX no tocante à abordagem de novas temáticas e problemas de interesse comum relacionados à museologia militar, turismo cultural militar, arquivística e biblioteca, com a finalidade de aperfeiçoar, ampliar, intensificar e consolidar os laços históricos estabelecidos anteriormente.

Como dito, as ligações culturais dos Exércitos Português e Brasileiro foram construídas com sucesso,

*Cel Inf (AMAN/1994, EsA0/2002, ECEME/2010). Oficial de ligação cultural (O Lig cultural 2020-2022) – Exército Brasileiro em Lisboa/PT. Especialista em Bases Geográficas e Históricas.

desde 2015, e trouxeram incalculáveis dividendos para a nossa memória nacional comum no âmbito histórico-militar, particularmente na gênese do Exército Brasileiro. Isso foi possível graças ao trabalho dos diretores da DHCM e da DPHCEX e suas respectivas equipes no desenvolvimento de políticas de aproximação, objetivos mútuos e estratégias unificadoras para a ampliação das contribuições militares no tocante às nossas histórias nacionais. Afinal, éramos uma única nação, hoje somos países fraternos, que compartilham as origens, costumes e tradições em nossas comunidades.

Em Portugal, com o intuito de aprofundar o conhecimento sobre a estrutura da História e Cultura Militar, o O Lig cultural realizou visitas institucionais aos órgãos da DHCM, ou seja, à BIBEx, ao AHM e ao Arquivo-Geral do Exército (AGEx), onde conheceu as atribuições dos órgãos dependentes da DHCM e a memória do trabalho desenvolvido, particularmente no contexto do nosso Acordo de Cooperação Cultural, o que permitiu o diagnóstico estratégico de novas possibilidades de parceria. Além de outros aspectos, destacamos o profissionalismo, a cordialidade, a motivação e o comprometimento de todos os militares no trato das questões inerentes à problemática histórico-militar.

Como consequência das visitas, iniciou-se uma gradual, contínua e efetiva aproximação institucional e pessoal entre os diretores dos órgãos da DHCM e os diretores das organizações militares (OM) culturais da DPHCEX (BIBLIEx, AHEx, Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial – MNMSGM e Museu Histórico do Exército/Forte de Copacabana – MHEx/FC), por intermédio de videoconferências moderadas pelo O Lig cultural. Com essa iniciativa, foram criadas condições para o aperfeiçoamento dos projetos culturais comuns ou conjuntos em andamento e o comprometimento de estabelecer novas ações, metas e prazos de atividades culturais, inclusive com a previsão de visitas de comitivas do EP ao Brasil e do EB a Portugal.

Inicialmente, realizou-se o Projeto de Aproximação Institucional, no âmbito do intercâmbio cultural, que foi planejado, executado e consolidado conjuntamente, em 2020, por meio de videoconferências, na plataforma *Zoom*, com a participação de vários atores, coordenados pelo O Lig cultural e chefe da Repartição de Museus

da DHCM, destacando-se o voluntariado e dedicação dos diretores da BIBEx, BIBLIEx e MHEx/FC. Com o decorrer do tempo, nos anos de 2021 e 2022, as reuniões *online* deram lugar ao inédito Ciclo de Conferências de Museologia Militar e Bibliotecas, atraindo a adesão de instituições museológicas portuguesas ao projeto e, também, o interesse e reconhecimento da Associação Portuguesa de Museologia (APOM).

Nessa perspectiva, esses encontros a distância, via internet, permitiram o conhecimento mútuo das ações histórico-militares desenvolvidas, o estreitamento dos laços culturais existentes, o fortalecimento das parcerias firmadas e a elaboração de novos instrumentos de cooperação com ênfase na história e cultura militares dos nossos exércitos e nações. Como resultado alcançado, ressalta-se a execução de trabalhos editoriais entre as mencionadas bibliotecas e, também, a realização do evento intitulado *1ª Conferência das Bibliotecas dos Exércitos Português e Brasileiro*, ocorrida em 22 novembro de 2021, na sede da DHCM, em Lisboa, com a presença da comitiva da DPHCEX, sob a chefia do general de brigada Ramires e composta por todos os diretores de organizações militares culturais do EB, subordinadas diretamente à nossa diretoria.

No prosseguimento das interações culturais, a DHCM possibilitou a participação do O Lig cultural, em nível nacional, nas evocações históricas das batalhas portuguesas (no contexto das invasões napoleônicas e guerras peninsulares), nos municípios de Almeida, Buçaco, Elvas, Fronteira, Trancoso e Vimeiro. Nessas comemorações, o O Lig cultural presenciou a participação voluntária de civis e militares nas efemérides (Batalhas de Atouros, Buçaco, Trancoso e Vimeiro), inclusive de grupos de recriação histórica, cujos integrantes preservam a memória nacional com demonstrações de patriotismo, civismo e veneração aos heróis portugueses. Essas demonstrações cívico-militares servem de exemplo para o EB como um campo de estudo para a DPHCEX, com o propósito de aplicação no Brasil no que diz respeito às estratégias de turismo cultural militar.



Figura 1 – Visita do O Lig cultural (EB) à Escola do Soldado (Almeida/Portugal)

Fonte: Câmara Municipal de Almeida

Outra oportunidade de aprendizagem ocorreu durante a Visita de Cooperação Técnico-Cultural da DHCM ao município de Almeida e ao Museu Histórico-Militar de Almeida (MHMA), em que foi possível conhecer o turismo cultural, a museologia e a cultura, todos no âmbito dos aspectos histórico-militares, em que se destacou o comprometimento de civis e militares na preservação da memória nacional portuguesa. Com isso, surgiu o interesse em criar possibilidades para o estudo da nossa História Museológica Militar com a participação do MHEx e MHMA.

Nessa perspectiva, desenvolveu-se uma inédita cooperação de museologia militar entre os nossos exércitos, com a participação do chefe da Repartição de Museus da DHCM, do O Lig cultural, do diretor do MHEx/FC e da diretora do MHMA, na qual foram abordadas problemáticas comuns para o aperfeiçoamento da gestão museológica e da promoção dos serviços educativos oferecidos pelos referidos museus. Isso possibilitou, ainda, a elaboração de projetos culturais, que foram candidatos aos prêmios da Associação Portuguesa de Museologia (APOM) referentes ao ano de 2021 na categoria Ciclo de Conferências em Museologia Histórico-Militar, cujo reconhecimento internacional foi concretizado com o recebimento do citado prêmio pela DHCM na solenidade da APOM/2022 na Academia Militar do Exército Português, em 27 de maio de 2022.



Figura 2 – Visita oficial da DPHCEx ao Museu Aristides de Sousa Mendes em Vila Formoso, novembro de 2021– Portugal (da esquerda para a direita: subtenente Silveira Martins, do Gabinete do Comandante do Exército, Gen Bda Carlos Augusto Ramires Teixeira, diretor do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército/2020-2021, engenheiro Antônio Machado, presidente da Câmara Municipal de Almeida, Cel Inf Welton Gomes Maia Junior, O Lig cultural, e Cel Art Leandro Fernandes Moraes, comandante do Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana

Fonte: Acervo do autor

No período de 27 a 29 de agosto de 2021, durante as comemorações do 213º Cerco de Almeida, foi realizado o XV Seminário Internacional de Almeida, na sede do Centro de Estudos de Arquitetura Militar de Almeida (CEAMA). Nessa ocasião, a convite da organização do evento, o O Lig cultural ministrou uma palestra sobre o Sistema Cultural do Exército Brasileiro e a Cooperação Cultural dos EB e EP para as sociedades acadêmicas de Brasil, Espanha, França e Portugal, cujos especialistas em patrimônio histórico e arquitetônico conheceram um pouco do Exército de Caxias.



Figura 3 – Visita oficial da DPHCEX à DHCM (novembro 2021, Lisboa/Portugal)

Fonte: Acervo do autor

Devido a essa parceria cultural dos nossos exércitos, essa inovadora cooperação museológica proporcionou a frequência de militares do EB, por exemplo, o O Lig cultural, presencialmente, e do diretor e museólogos do MHEx/FC, em caráter não presencial, na 1ª Ação de Formação Museológica de Almeida, ocorrida no período de 11 a 15 de outubro de 2021, sob a coordenação conjunta da DHCM, MHMA e APOM, cujos saberes adquiridos proporcionaram um aperfeiçoamento profissional que, atualmente, estão sendo utilizados no desenvolvimento de projetos culturais da DPHCEX e no vultoso Projeto de Revitalização e Modernização do MHEx/FC.

Com vistas à projeção cultural do EB e à consolidação do trabalho realizado ao longo de aproximadamente seis anos do Acordo de Cooperação Cultural, a DPHCEX realizou uma visita institucional à DHCM, de 22 a 27 de novembro de 2021, cuja comitiva foi constituída pelo seu diretor e pelos comandantes/diretores da BIBLIEx, AHEx, MHEx/FC e MNMSGM.

Nessa oportunidade, em Lisboa, a DPHCEX conheceu o Sistema de História e Cultura Militar do EP em visitas à DHCM, BIBEx, AHM, AGEx, Museu Militar de Lisboa (MML) e Liga dos Combatentes (LC), onde foram realizadas reuniões de cooperação técnica nos campos da arquivística, biblioteca e museologia militar e, ainda, alinhavados possíveis instrumentos de parceria para ampliar a nossa interação cultural. Além disso,

a comitiva da DPHCEX participou da 1ª Conferência das Bibliotecas dos EP e EB – Ciclo 2021 a 2023 (comemorações dos 200 Anos da Independência do Brasil), da reunião da APOM e, também, da sessão solene da Academia de História Militar Terrestre do Brasil do Rio de Janeiro (AHIMTB-RJ) – Delegação de Portugal e Dom João V, o que possibilitou a abertura de novas contribuições acadêmicas portuguesas com a nossa diretoria.

No município da Lourinhã, a comitiva da DPHCEX visitou o Centro de Interpretação da Batalha do Vimeiro (CIBV), a Câmara Municipal da Lourinhã (CML) e os trajetos de turismo cultural militar (TCM). Nessas visitas, foram tratados assuntos atinentes ao provável estabelecimento de uma parceria cultural das entidades visitadas com o EB, a ser trabalhada, em momento oportuno, para o futuro.

Na localidade de Almeida, nas esferas do TCM, museologia militar luso-brasileira e preservação do patrimônio histórico-militar, foram visitados a Câmara Municipal, o MHMA e o CEAMA, e realizadas reuniões técnicas de cooperação entre EP e EB com as autoridades de Almeida e do turismo militar de Portugal. Assim, abriram-se portas e foram criadas pontes de intercâmbio internacional nas mencionadas áreas de interesse.

No âmbito das comemorações dos 200 Anos da Independência do Brasil, com o propósito de abordar a “história nacional comum” pelos palestrantes dos nossos exércitos, foi realizado o I Seminário Internacional de História Militar – 200 Anos da Independência do Brasil, entre 28 e 30 de abril de 2022, no Palácio dos Marquês do Lavradio (sede da DHCM), com a presença do comandante do Exército Brasileiro (Cmt EB), do chefe do Estado-Maior do Exército Português (CEME), que é o cargo semelhante ao de Cmt EB, do chefe do Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX) e dos diretores da DPHCEX e DHCM, além de outras autoridades do EP e convidados da sociedade portuguesa.



Figura 4 – Abertura do I Seminário Internacional de História Militar – 200 Anos da Independência do Brasil, Palácio dos Marqueses do Lavradio (sede da DHCM), Lisboa. Presença das comitivas do Exército Brasileiro e Português, com as seguintes autoridades: major-general Aníbal Alves Flambó, diretor de História e Cultura Militar (DHCM), general de exército André Luís Novaes Miranda, chefe do Departamento de Educação e Cultura do Exército Brasileiro (DECEX), general José Nunes da Fonseca, chefe do Estado-Maior do Exército de Portugal, general de exército Marco Antônio Freire Gomes, comandante do Exército Brasileiro, general de divisão José Ricardo Vendramin Nunes, chefe do Centro de Comunicação Social do Exército Brasileiro, e general de brigada Luciano Antonio Sibinel, diretor do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército Brasileiro

Fonte: Direção de Cultura e História Militar do Exército de Portugal



Figura 5 – Mesa de abertura do I Seminário Internacional de História Militar – 200 Anos da Independência do Brasil (da esquerda para a direita: general de exército André Luís Novaes Miranda, chefe do Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX), general José Nunes da Fonseca, chefe do Estado-Maior do Exército de Portugal, general de exército Marco Antônio Freire Gomes, comandante do Exército Brasileiro e major-general Aníbal Alves Flambó, diretor de História e Cultura Militar do Exército Português)

Fonte: Direção de Cultura e História Militar do Exército de Portugal



Figura 6 – Oficial de ligação do Exército Brasileiro para a área cultural junto ao Exército Português (2020-2022), coronel Welton Gomes Maia Junior, recebendo do general de exército André Luís Novaes Miranda, chefe do Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX), a medalha Ordem do Mérito Militar – Grau Oficial, por ocasião da abertura do I Seminário Internacional de História Militar – 200 Anos da Independência do Brasil, no Palácio dos Marquês do Lavradio (sede da DHCM), Lisboa

Fonte: Direção de Cultura e História Militar do Exército de Portugal

Por fim, pode-se afirmar que, ao longo de quase dois anos, este O Lig cultural é testemunha da importância do atual Acordo de Cooperação Cultural dos nossos exércitos para o desenvolvimento de ações histórico-culturais que permitam um melhor conhecimento da nossa “história nacional comum”, uma adequada percepção das origens da sociedade e do EB,

um oportuno aperfeiçoamento de projetos culturais comuns na perspectiva da história e cultura militares em proveito da formação profissional dos integrantes das nossas instituições, um planeamento de visitas institucionais da DHCM e DPHCEX em reciprocidade e uma maior valorização da museologia militar, arquivística e biblioteca. 🇵🇹

Referência

BRASIL. Portaria nº 1.815, de 31 de outubro de 2018. Designação de Oficial de Ligação no Exterior.

Os museus militares e as coleções militares visitáveis do Exército Português: um patrimônio universal a estudar, a cuidar, a preservar e a divulgar para as gerações vindouras

António Velez*

Um museu é um lugar que exhibe coleções de documentos e artefatos históricos de todos os tipos diferentes de culturas, sociedades e natureza ao redor do mundo. Diferentes museus podem-se concentrar em coisas diferentes.

O *museu militar*¹ é um órgão de natureza cultural depositário e expositor do espólio de interesse histórico-militar, com possibilidade para garantir um destino unitário, designadamente a bens culturais militares e valorizá-los por meio da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objetivos científicos, educativos e lúdicos, incluindo o acesso regular ao público. Consideram-se museus militares² as instituições, com diferentes designações, que apresentem as características e cumpram as funções museológicas previstas para os museus.

A *coleção militar visitável* é o conjunto de bens culturais militares conservados e expostos em instalações ou espaços especialmente afetos a esse fim, em uma unidade/estabelecimento/órgão (U/E/O), mas que não reúna os meios que permitam o pleno desempenho de todas as funções museológicas. A coleção militar visitável está exposta na sala de história, sala de honra, gabinetes, bibliotecas ou outros espaços nobres da U/E/O, em função do respectivo historial, da área funcional

caracterizadora e das instalações disponíveis, consoante as características das peças museológicas.

A temática que me apraz divulgar incide sobre os museus militares e as coleções militares visitáveis, pois é um tema estimulante, muito emotivo e que deve ser considerado e tratado com ponderação, mas não poderá ser ignorado, nunca.

Toda época deve reinventar o seu próprio projeto de imaterialidade e mística própria, e os espaços museológicos do Exército/DHCM são a prova dada de que essa mística existe e que o acervo que a encerra está permanentemente a ser reavaliado e reinventado. É uma incumbência do nosso tempo e nossa responsabilidade estudar, conhecer, inventariar, atualizar e reinventar, conservar e divulgar as coleções, tendo em consideração as suas diferentes origens e mediante o conhecimento da transformação cultural e global que a sociedade merece.

Como tenho vindo sistematicamente a defender, o espaço museológico militar³ tem a finalidade de conservar, valorizar, estudar e, essencialmente, expor para o deleite e a educação do público as suas coleções e os seus ricos acervos. Os nossos espaços museológicos do exército preenchem o seu espaço no seio do mundo museológico do nosso país, e a experiência que em si encerram tem vindo a ser devidamente aproveitada,

*Coronel do Exército Português. Chefe da Repartição de Museus da Direção de História e Cultura Militar do Exército de Portugal desde dezembro de 2016.

melhorada e atualizada desde o ano de 1851, quando foi inaugurado o Museu Militar de Lisboa. Essas instituições preenchem espaços distintos, mas com extraordinário, único e rico valor histórico, cultural, turístico e até econômico, em que se desenvolvem minuciosamente os aspectos museológicos e museográficos inerentes a um museu e/ou coleção militar visitável.



Figura 1 – Museu Militar de Lisboa (Sala da Grande Guerra), um dos *ex libris* da museologia militar do Exército
Fonte: Acervo do autor

A Direção de História e Cultura Militar possui a estrutura orgânica e as competências técnicas para estudar, propor, coordenar e gerir as atividades referentes à recolha, proteção, conservação, investigação e divulgação do patrimônio histórico-militar que constitui o acervo dos órgãos de natureza cultural na sua dependência. Conta, ainda, com a participação e colaboração, nos diversos projetos culturais, assim como na interligação com as instituições congêneres brasileiras, do coronel Welton Gomes Maia Junior – oficial de ligação na área cultural e lições aprendidas do Exército Brasileiro, colocado na DHCM.

É oportuno destacar que, no final do século passado, assistimos a uma viragem de página muito significativa, em todos os continentes, no que se refere aos objetivos globais dos museus. Os critérios de seleção e de interpretação das coleções e a comunicação com o público eram “bandeiras” da época. Essa mudança foi também paulatinamente sendo implementada nos

espaços museológicos do exército, e essa simbiose perfeita entre todos esses espaços com todos os públicos já está inserida nos cotidianos de todos os que com a cultura museológica militar lidam.



Figura 2 – Exemplo de uma parceria internacional que envolve a realização de diversas atividades, desde 2020, e integra o Município de Almeida, o MHMA e o CEAMA, a DHCM e a RepMus e ainda a DPHCEX e o MHE-FC
Fonte: Acervo do autor

A forma como, atualmente, olhamos e definimos o museu/coleção militar visitável evolui ao ritmo das transmutações que o homem protagoniza, porém há um fio condutor que iguala as organizações museológicas através do tempo e dos espaços: a curiosidade de preservar memórias, produzir e divulgar conhecimento. O desafio de criar e erigir saber continua a ser a solução para comunicar e interpretar, com novos olhares adaptados aos novos contextos emergentes.

Essa reflexão que hoje se apresenta remata um ciclo de ponderação e análise conjunta que esperamos vir a contribuir para manter o necessário foco em um tema central nas preocupações das instituições de patrimônio cultural. A Repartição de Museus (RepMus) da DHCM entendeu, em conjunção com os museus militares e algumas coleções militares visitáveis, ser oportuno alargar essa ponderação a toda a comunidade museológica militar do exército, de forma a integrar e

dar conhecimento das principais atividades que se desenvolvem, das atividades que podem ser trabalhadas em rede e as que podem ser alargadas a outras instituições (militares e/ou civis) de cariz homólogo.

Atualmente a DHCM, por intermédio da RepMus, tem interações permanentes com a realização de atividades culturais e recreativas/protocolos/seminários/ações de formação/exposições/parcerias de cariz histórico-cultural-museológico com os museus/coleções militares visitáveis do exército, e adicionalmente mantém relações de parceria estreita com outras instituições de cariz museológico (nacionais e estrangeiras)⁴.



Figura 3 – A DHCM realiza periodicamente atividades de índole histórico-cultural em parceria com outras instituições homólogas civis e militares, nacionais e estrangeiras

Fonte: Direção de História e Cultura Militar

A RepMus/DHCM entendeu ser oportuno dedicar as iniciativas/atividades que decorreram ao longo do ciclo 2017-2022 nos museus militares e nas coleções militares visitáveis a uma análise refletiva que permitisse alavancar projetos adormecidos, incrementar parcerias planeadas e, sobretudo, conseguir realizar e/ou participar de ações e outras atividades que, pelas restrições impostas pela pandemia geral que o mundo atravessa, não fossem viabilizadas (ex.: participação em seminários, jornadas de trabalho, videoconferências, atividades de relações bilaterais, ações de formação

presenciais, recriações históricas, cerimônias de evocação de batalhas, dentre outras que foram realizadas). Realça-se o fato de que, a partir de meados de 2017, a DHCM passou a colaborar com mais instituições internacionais relacionadas com as temáticas da museologia, por meio da RepMus.

Da conjugação de esforços gerais, envolvendo a DHCM, os museus/coleções militares visitáveis, e alguns parceiros homólogos, foram assim, de forma genérica, realizadas as seguintes atividades principais, no ciclo temporal referido:

- visitas técnicas periódicas aos museus militares na dependência hierárquica da DHCM e às coleções militares visitáveis;
- participação anual nas candidaturas aos prêmios APOM, em que foram atribuídos anualmente vários prêmios em todas as cerimônias de entrega; eventos em parceria com diversas instituições museológicas militares e civis;
- participação, coordenação e realização de seminários internacionais no CEAMA e na DHCM;
- participação e realização de atividades⁵ do ICOM e do ICOMAM⁶;
- participação periódica em recriações histórico-culturais e em cerimônias evocativas das nossas batalhas;
- participação em ações de formação da RPM, da DGPC, da DRCC, do CEFOP, assim como a coordenação da realização de diversas ações de formação para atualização de processos por parte dos utilizadores da base de dados *In Arte Premium*;
- participação reiterada em diversas videoconferências (em nível nacional e internacional) relacionadas com diversas temáticas ligadas à museologia;
- participação anual nas Jornadas de Primavera do ICOM Portugal e nas Jornadas Europeias do Património⁷;
- participação e cooperação regular com diversas atividades e iniciativas museológico-culturais (exposições, videoconferências, seminários, visitas, ações de formação, entre outras) com instituições internacionais de índole semelhante.



Figura 4 – Museu Militar do Porto, um dos três museus militares do exército que pertencem à RPM

Fonte: Repartição de Museus (RepMus) da DHCM

Os espaços museológicos do exército do século XXI querem-se com enorme capacidade para poderem influenciar o que os rodeia, e muitas vezes estarem no início de uma longa cadeia de desenvolvimento em vários níveis. Esses espaços preservam o passado e o presente, os interpretam e os compartilham com o público para divulgação e discussão. Os espaços museológicos têm o poder de serem iniciadores de modificações e avanços positivos, e de serem solucionadores ativos de crises e situações inesperadas e tencionam reagir com flexibilidade à velocidade estonteante do desenvolvimento do mundo. Devem olhar para o futuro e não ficar para trás, reagindo às novas situações emergentes e transformando-as em novas e concertadas oportunidades. Esses espaços, em todas as suas formas únicas, são lugares que fazem a ponte entre passado, presente e futuro. Os espaços museológicos também devem estar preparados, porém, para as crises e situações de crise que o mundo moderno traz.

Os museus e as coleções militares visitáveis, segundo convicção generalizada, não podem nem devem ignorar o desenvolvimento social ou tecnológico. Tencionam, isso sim, aceitar a realidade digital do século XXI e utilizá-la como meio de divulgação e como tema de discussão. Os museus e as coleções militares visitáveis criam ou contribuem para uma ampla gama de projetos e parcerias, construindo e cuidando de coleções e acervos, de edifícios históricos e outras instalações que exigem não só capacidades e recursos, mas, também, imaginação inovadora e riqueza de ideias, muitas vezes com elevada especialização e poucos recursos. Os museus e as coleções militares visitáveis, enquanto instituições públicas, são um modelo perceptível de uma

gestão cuidada, rigorosa e altamente responsável e sustentável de acordo com sua natureza e o meio ambiente.

Os museus militares, mormente, estão no centro das faculdades criativas e sempre foram atores relevantes no turismo em nível regional e, em certa medida, até em nível nacional. Na atualidade, e em uma altura em que a carência de turismo apresenta desafios, estes devem conseguir influenciar e contribuir decisivamente para certa quota de regulação e recanalização do excesso de volume turístico dos destinos saturados. Nos dias de hoje, os diretores dos museus militares e as suas equipas têm a importante tarefa de desafiar e encorajar a sociedade a desenvolver a mobilidade. A sociedade humana é assente em interações sociais, e os museus são um dos lugares mais importantes onde isso é possível.

O objetivo dos espaços museológicos deve ser cada vez mais valorizado e tornado importante para a sociedade, sendo um lugar inspirador, onde a produção de novos significados é estimulada. Assim, a vantagem será total, tanto para o indivíduo como para a comunidade na qual se insere.

O espaço museológico do futuro será resultado de um processo evolutivo que estamos a vivenciar atualmente. Pelo menos, assim se espera. Logo, esses espaços necessitam contemplar novos objetivos para suplantar um tempo-chave para a sua vivência, tempo este que previsivelmente levará a uma transformação no modo como se percebem e contribuem as suas ações na vida contemporânea.

O espaço museológico do futuro deverá estar preocupado com o pensamento crítico dos seus visitantes no que respeita à sua participação envolvente na sociedade, para que assim se consiga captar um maior interesse na troca de conhecimento, informações e pontos de vista que se poderão desenvolver e realizar. Deve, cada vez mais, tornar-se um local de encontro para discussões e diálogo acerca dos acontecimentos e, mais que isso, estimular e apresentar esses quesitos aos seus visitantes. Valorizar e incrementar igualmente o conhecimento criado no universo académico, para assim alargar os limites do conhecimento que é criado apenas no interior do espaço museológico. Não descurar

nem tampouco apartar também a via da cultura digital, realidade que revolucionou o modo como acedemos, criamos e consumimos os conteúdos que procuramos.

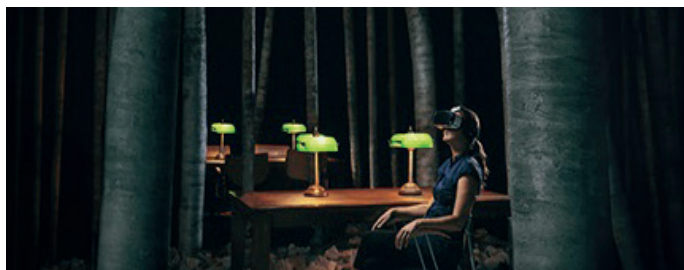



Figura 5 – O espaço museológico do futuro deverá ser emocional, cooperativo, participativo e incrementar a partilha e a divulgação dos seus conteúdos/colecções/acervos

Fonte: BAUER, Joni. O museu do futuro já é real. Disponível em <https://www.triscele.com.br/triscele/o-museu-do-futuro-ja-e-real>. Acesso em: 2 jan 2022

O espaço museológico do futuro deve perceber muito claramente que os seus visitantes desejam

interagir, contribuir, conectar-se com outros, expressar e compartilhar experiências, opiniões, ideias e criações. Por isso, o espaço museológico do futuro age como facilitador, aclarando o conteúdo criado pelos visitantes, respeitando-os como participantes ativos no seu espaço. Assim, estou certo, como muitos outros também já o projetam, que, seguramente, o resultado sobre essa interação direta espaço-visitante acarretará um valioso incremento no sentimento de posse, interligação e afeto dos visitantes para com o espaço com que interagem, contribuindo indubitavelmente para fazer dos museus/colecções militares visitáveis do futuro instituições museológicas ainda mais fortes e com grande impacto no seio das comunidades locais e da sociedade em geral. 

*O caminho a seguir terá de ser bem alicerçado,
poderão existir posições discordantes;
certamente muito cansativo, mas imprescindível e
sobretudo possível!*

Notas

¹ A designação de museu militar e coleção militar visitável está em conformidade com as Normas Gerais dos Museus e Colecções Visitáveis do Exército.

² O Exército tem, na sua dependência estrutural, 6 museus militares (4 na dependência da Direção de História e Cultura Militar (DHCM) e os outros 2 na dependência das Zonas Militares da Madeira e dos Açores) e 37 colecções militares visitáveis.

³ Museu e/ou coleção militar visitável.

⁴ Nacionais: Associação Portuguesa de Museologia (APOM); Direção Geral do Património Cultural (DGPC); Rede Portuguesa de Museus (RPM); ICOM Portugal; Polícia de Segurança Pública (PSP); e ainda o Museu Histórico Militar de Almeida (MHMA), o Centro de Estudos de Arquitectura Militar de Almeida (CEAMA); o Centro de Interpretação da Batalha do Vimeiro (CIBV); o Centro de Formação de Professores de Conímbriga (CEFOP) e a Direção Regional de Cultura do Centro (DRCC).

Estrangeiras: International Council of Museums (ICOM); International Committee for Museums and Collections of Arms and Military History (ICOMAM); o Museu Histórico do Exército/Forte de Copacabana (MHE/FC) e a Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército Brasileiro; o Alcazar Museu do Exército Espanhol (Toledo/Espanha); o Museu Etnográfico da Eslovênia (Ljubljana) e o Instituto de Estudos Políticos da Defesa e História Militar da Romênia (Bucareste).

⁵ ICOM: Dia Internacional dos Monumentos e Sítios (18 abril); Noite Europeia de Museus e Dia Internacional dos Museus (18 maio). Este ano realiza-se a XXVI Conferência Geral trianual em Praga.

ICOMAM: Videoconferências e reuniões anuais. Participação no debate e apresentação de proposta concreta para a atualização da definição mundial de museu.

⁶ O coronel António Velez é membro efetivo do Conselho Executivo do ICOMAM desde 2019, e a sua colaboração será prolongada até 2025.

⁷ As Jornadas Europeias do Património têm lugar normalmente no mês de setembro. É uma iniciativa conjunta do Conselho da Europa e da Comissão Europeia. A organização em Portugal é da responsabilidade da Direção-Geral do Património Cultural.

Coesão militar: a força da nossa Força

Cel Antonio Ferreira Sobrinho*

Introdução

Manter, em elevado grau, o culto às tradições e aos valores militares e ampliar o estudo da História Militar, de forma a fortalecer a coesão e o espírito de corpo da Instituição.

Diretriz do Comandante do Exército
2021-2022

A intenção deste trabalho é trazer ao nosso público-alvo algumas reflexões sobre a temática da coesão, trabalhando os seus diferentes conceitos, apresentados por estudiosos civis e militares compulsados, com outras ferramentas pedagógicas empregadas na formação moral do militar brasileiro. Utiliza, também, a História Militar Brasileira para levantar os momentos em que esse fundamental componente do poder de combate foi perdido e as ações envidadas para a sua recomposição.

Para isso, o estudo foi organizado de forma a iniciar-se com uma discussão a respeito de alguns conceitos que são utilizados no tema da pesquisa, com especial atenção, sobretudo, ao termo “coesão”. Ainda nesse início, é apresentado o referencial teórico que norteou o desenvolvimento do trabalho.

Na sequência, é demonstrado como a instituição, em uma tentativa de alcançar um elevado nível de coesão, utiliza os valores militares, a liderança, a hierarquia e a disciplina como ferramentas pedagógicas preventivas para obtê-la ou restaurá-la.

Por último, é feita uma análise dos principais acontecimentos que tiveram influência na construção/desconstrução da coesão no Exército Brasileiro, dentro de uma narrativa histórica, que se inicia em 1889, com a Proclamação da República, e vem até os dias atuais.

Na conclusão, deixamos antever uma posição otimista da existência de um elevado nível de coesão no Exército Brasileiro dos nossos dias, por conta de fatores que apontamos sobejamente, embora consideremos o surgimento de ameaças a esse *status quo*.

Referencial teórico

É próprio das sociedades humanas estarem organizadas e motivadas, em grande parte, por uma cultura herdada. Os seres humanos devem seu caráter distinto ao fato de compartilhar memórias institucionais e sustentar valores herdados do passado (CLARK, 1994). Dessa forma, dotar uma força militar de um passado comum e fundar nessa origem remota uma identidade coletiva é uma importante e permanente função social da História Militar. Ela desperta vibrações e desenvolve o espírito de corpo (CALAZA, 2012).

Na profissão militar, o caráter coletivo não é uma opção, um acessório ou mesmo um acréscimo relevante à atividade principal. Ela somente se efetiva na coletividade, na organização e na atuação de grupos.

*Cel Art R/1 (AMAN/1971, EsAO/1982, ECEME/1986). Especialista em História Militar Brasileira pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO/2008). Membro efetivo da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB) e Sócio Emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

As instituições militares utilizam a história para afirmar identidades enraizadas em tradições remotas, para referendar a autoridade estabelecida, para respaldar – embasadas em ações de líderes do passado – condutas e valores. A valorização do passado tem por finalidade criar valores sociais compartilhados, inculcar a ideia de que a corporação tem uma origem comum, semeando a convicção de que o passado constitui um importante elemento de coesão entre os diversos membros de um corpo militar para enfrentar as dificuldades do presente e assumir os desafios do futuro (CALAZA, 2012).

Mas o que são os valores, senão os compromissos que cada indivíduo, de certa maneira, assume com Deus, consigo mesmo e com a sociedade? Valores cujas dimensões dependerão do grau de seu atendimento pelo indivíduo, em conformidade com o nível de comprometimento que irá diferenciar cada ser (MAGALHÃES, 1991).

Embora possamos avaliar a importância dos valores individuais, morais e cívicos como básicos para todos os cidadãos, é, contudo, no meio militar que o compromisso com esses valores é mais incisivo e visível, presumindo a sociedade que seu braço armado os possua.

O E/1, em seu art. 27, apresenta como manifestações essenciais do valor militar nas Forças Armadas brasileiras:

- o patriotismo, traduzido pela vontade inabalável de cumprir o dever militar e pelo solene juramento de fidelidade à Pátria até com o sacrifício da própria vida;
- o civismo e o culto das tradições históricas;
- a fé na missão elevada das Forças Armadas;
- o espírito de corpo, orgulho do militar pela organização onde serve;
- o amor à profissão das armas e o entusiasmo com que é exercida; e
- o aprimoramento técnico-profissional.

E a coesão, do que se trata?

A coesão reúne quatro significados: aderência; união; qualidade de uma coisa em que todas as partes estão ligadas umas às outras; e harmonia (PRIBERAM, 2019).

Sociologicamente, a coesão é o meio pelo qual os indivíduos mantêm-se integrados a um grupo social, compartilhando crenças, ideias, objetivos e ações. Sua antítese é a desintegração social, causa da extinção do grupo social (BODART, 2016).

Para Paskevich, Estabrooks, Brawley e Carron (2001), a coesão é um processo dinâmico por meio do qual o grupo tende a permanecer junto e unido na busca do seu objetivo para a satisfação das necessidades afetivas dos seus membros. Coesão significa ficar juntos. É difícil depreciá-la.

Trazendo esse entendimento para o contexto militar, temos a coesão com um significado muito próprio, sendo descrita como a qualidade das relações entre soldados de uma organização militar, que influencia a conquista dos objetivos dessa unidade.

De acordo com Maccoun e Hix (2010), a coesão militar define-se pela conjugação de duas dimensões: a coesão de tarefa, que corresponde ao compromisso compartilhado pelos membros para atingir um objetivo que requer os esforços coletivos do grupo; e a coesão social, que reflete a proximidade emocional entre os membros do grupo, o quanto apreciam a companhia uns dos outros no quadro do convívio social. Tanto a coesão de tarefa como a coesão social estão presentes sob a forma de coesão horizontal (coesão primária entre pares, ao nível do grupo) e de coesão vertical (presente na relação entre líderes e subordinados).

Segundo Siebold (2006), a coesão no contexto militar é um processo contínuo de integração social entre membros de um grupo com os seus respectivos líderes. O autor acrescenta que a coesão é o produto do relacionamento criado pelo grupo em si, quer seja gerado por interações entre os membros, quer seja por experiências em atividades militares em combate e não combate.

No entendimento do conceito de coesão no Exército Brasileiro, surge como relevante o aparecimento da disciplina, da hierarquia e da liderança, que, apesar de distintos, são importantes as suas relações, pois concorrem para a obtenção de níveis mais elevados de coesão ou para a sua desintegração, ocasionando rupturas indesejáveis.

Da mesma forma atua o espírito de corpo, refletindo o grau de coesão da tropa e de camaradagem entre

seus integrantes, exteriorizado nas canções militares, gritos de guerra e lemas evocativos; uso de distintivos e condecorações regulamentares; irretocável apresentação; e, em especial, no culto dos valores e das tradições de sua organização militar.

A coesão do Exército na história militar brasileira

À luz desses conceitos, podemos avaliar a atuação do Exército, em momentos marcantes da história do Brasil, em que se caracterizou a coesão.

Primeira República (1889-1930)

No fim do governo de Floriano Peixoto, o exército encontrava-se debilitado em função das lutas internas de Canudos, Revolta da Armada e da Revolução Federalista. A eleição de Prudente de Moraes, embora tivesse restaurado o poder civil, não conseguiu dar fim ao período de agitações militares:

- rebeliões nas Escolas Militares da Praia Vermelha e do Ceará (1897) e do Rio de Janeiro (1904);
- revolta dos sargentos em 1915;
- levantes armados de unidades militares;
- atitudes individuais de insubordinação;
- movimentos armados de 1922 e 1924.

Todas essas manifestações contestatórias denotavam elevado grau de indisciplina, quebra da hierarquia e falta de liderança dos comandantes dos escalões mais elevados, culminando na ruptura da coesão do estamento militar, com oficiais subalternos de um lado e oficiais superiores do outro.

Havia descaso pelo preparo profissional nas Escolas Militares da Praia Vermelha e, posteriormente, do Realengo, com a total ausência de espírito militar. Disposíveis e predispostos para preocupações não profissionais, era natural que a política polarizasse o interesse dos jovens tenentes e capitães (COELHO, 2000).

Foram realizadas várias tentativas de restauração da coesão militar a partir do advento da Missão Militar Francesa, estimulando-se a modernização do Exército e o interesse pela sua profissionalização. Além disso, foram oferecidos incentivos e vantagens à passagem para a reserva de oficiais superiores com um determinado tempo de serviço, buscando-se o fim da velha elite militar e abrindo vaga aos mais jovens e capacitados pelos cursos de aperfeiçoamento e de estado-maior (COELHO, 2000).

A Revolução de 1930 e o Estado Novo

Encerrado o período conhecido por República Velha, sobrou ainda para o Exército, no início da década de 1930, a restauração dos princípios da disciplina e da hierarquia.

Após a vitória, durante o breve período de consolidação da ordem revolucionária, ainda foi possível manter alguma forma de coesão na Força. Logo, entretanto, manifestou-se a precariedade desse quadro, caracterizado pela duplicidade de comando. Havia como que dois Exércitos: um que obedecia às ordens do quartel-general revolucionário, e o outro que obedecia ao ministro da Guerra, impedindo totalmente a coesão interna da Força.

O que provocava essa situação eram as dificuldades de se conciliar o princípio revolucionário com os princípios da hierarquia, da disciplina e da liderança. Não havia generais de divisão (o maior posto da época) alinhados com a nova ordem, já que entre os revolucionários predominavam tenentes, capitães e coronéis. A solução foi promover o tenente-coronel Góes Monteiro (1929) – chefe militar da Revolução de 1930 – a general de divisão (1932) em três anos.

Essas questões tiveram, finalmente, que ser resolvidas, quando o Exército, em 1937, tornou-se avalista do Estado Novo, um regime militar na sua essência. A sustentação, por tempo indefinido, de um governo forte, requeria do Exército a demonstração de elevado grau

de disciplina e de efetiva ação de comando, em suma, de níveis inéditos de coesão militar.

Essa simbiose Exército-Estado veio a ser expressa em uma doutrina militar, criada pelo general Góes Monteiro, de efeitos duradouros (COELHO, 2000).

Em parte, a eficiência dessa doutrina, no que diz respeito à coesão do Exército, deveu-se à forma pela qual a sua liderança absorveu e reinterpreto, para consumo do espírito militar, o impacto da Revolução Constitucionalista de 1932, e, sobretudo, da Intentona Comunista em 1935. Pois, se a Intentona estimulou a coesão militar, a doutrina deu-lhe um propósito (COELHO, 2000).

A reforma do ensino de formação de oficiais, sob a inspiração do coronel José Pessoa, vai modificar profundamente a educação das novas gerações, mudando os hábitos e construindo o destino de grandeza do Exército, formatando uma mentalidade homogênea de chefes militares.

Da redemocratização de 1945 aos dias atuais

A redemocratização do país em 1945, permitindo a reabertura do jogo político, produziu efeitos dentro do Exército. Surgiram várias correntes de opinião militar, que, às vezes, transformaram-se em correntes de ação, ameaçando irremediavelmente a coesão militar. Foi sempre possível, entretanto, evitar que tais divergências internas ultrapassassem os limites críticos, ou que suas consequências chegassem ao ponto de impedir o Exército de recompor-se. O mais importante fator dessa contínua recomposição pode ser creditado, direta ou indiretamente, à atuação da liderança militar criada a partir do Estado Novo (COELHO, 2000).

Essa continuidade de liderança militar perdurou até meados da década de 1960, o que garantiu a permanência da linha de atuação anterior. Além disso, em torno dessa liderança, foi aos poucos se aglutinando um grupo de oficiais, quase todos em função de estado-maior, que conservaria por longo tempo uma surpreendente coesão e unidade de propósitos. Foram eles

que constituíram o núcleo de criação e implantação da Escola Superior de Guerra, de onde sairia a doutrina de segurança nacional (COELHO, 2000).

Em 1954, 1955, 1961 e 1964, ocorreram, muitas vezes, divisões internas, que causariam, aparentemente, irremediável e iminente confronto entre as facções militares. Seus líderes, no entanto, recuaram para encontrar a fórmula da conciliação, do compromisso ou do restabelecimento da integridade hierárquica. Em síntese, a coesão do Exército sempre se sobrepôs, ainda que nos últimos instantes, às rivalidades internas. Nesse processo, o anticomunismo continuou sendo o fator de convergência de perspectivas e de coesão interna (COELHO, 2000).

Um outro fator que tem preservado a coesão do Exército até aqui foi o desenvolvimento da consciência da necessidade de preservar o prestígio e a autoridade do Alto-Comando, como a esfera exclusiva para a formulação da política do Exército. Com isso, evitou-se a mobilização dos escalões subalternos para a discussão de temas controvertidos, ou para suporte de correntes de opinião militar.

Podemos acrescentar a essa lista a formação dos oficiais pela AMAN, a partir da sua criação em 1944, sob a inspiração dos ideais do marechal José Pessoa, constituindo uma geração que pode ser identificada como a espinha dorsal da instituição, por possuírem uma formação única, cultuarem os mesmos valores e as mesmas tradições e terem uma trajetória profissional e de vida muito semelhante, desenvolvendo, assim, uma mesma visão de mundo. A participação desse grupo de elite na formação das novas gerações de sargentos e da tropa gera um forte sentido de coesão no Exército Brasileiro (ARAUJO, 2019).

Os estudos recentes sobre o Exército Brasileiro consagram uma concepção de integração e de coesão organizacional alcançadas a partir de técnicas de formação, de rituais de confraternização e disciplinarização (CASTRO, 1990), materializados nas normas regulamentares e administrativas (R1, R2, R3 e R4), nos programas de instrução (PP), nas diretrizes estratégicas do EME e dos demais órgãos setoriais, proporcionando à Força uma uniformidade de procedimentos e um

alinhamento nas ações, que irão ajudar a produzir a coesão militar.

Outros autores, no entanto, enxergam sinais de desconstrução dessa coesão apontada por nós até aqui. Dentre eles, merece destaque Maria Alice Rezende de Carvalho (2019), que considera que

desde a década de 1990, o Exército tem conhecido uma crescente heterogeneidade em seus processos de socialização (coesão funcional) por diferentes motivos: quer em virtude do ingresso de quadros com diploma universitário, que fazem apenas uma breve passagem pela Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEx); quer pela chegada das mulheres; quer ainda pela multiplicação das atividades-meio da corporação, operadas por militares com formação tecnológica ou científica (oficiais técnicos temporários – OTT), que têm como referência circuitos sociais cada vez mais ligados àquelas atividades e distantes da caserna, tais como as redes internacionais de pesquisadores. Assim, embora a formação de oficiais combatentes continue sendo exclusividade da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), diferentes padrões de socialização compõem, hoje, a feição institucional do Exército Brasileiro. Isso contribui para a revisão da ideia de homogeneidade de seus membros, corroborando o trabalho de Edmundo Campos Coelho (2000), que já entendia a coesão institucional e o caráter monolítico daquela organização como variáveis analíticas, e não como *atributos institucionais*. (CARVALHO, 2019)

Além disso, a existência, nos dias de hoje, de um quadro de guerra de 5ª geração, que avança a tecnologia de 4ª geração (drones, biotecnologia e nanotecnologia) e apresenta o uso da *guerra híbrida* como um catalizador, conjugando capacidades convencionais, táticas de guerra regular/irregular, ações terroristas, coerção e indução da violência, obriga o Exército a lutar contra o robustecimento de organizações clandestinas, crises humanitárias e, sobretudo, o combate às ações de erosão que visam a degradação dos elevados níveis de coesão alcançados e relativização da soberania nacional (SANTOS, 2019).

Para se antepor a essas possíveis ameaças à coesão da Força, representadas pela série de fatores apontados anteriormente, além da crescente crise de valores

por que passa a sociedade brasileira, uma das armas que está sendo empregada com sucesso advém do desenvolvimento do Projeto Raízes, Valores e Tradições (PRVT), lançado pelo EME, por meio da Portaria nº 255, de 4 de julho de 2016.

O PRVT está sendo desenvolvido pelo CEPHiME/DPHCE, objetivando internalizar os valores no âmbito do Exército Brasileiro (EB) e promover uma maior integração entre o EB e a sociedade. Esse projeto busca: divulgar o patrimônio histórico do Exército, visando ao fortalecimento dos valores, tradições e ética profissional militar; incentivar a pesquisa e a difusão da História Militar do Brasil; estimular o culto aos heróis militares nacionais; e conhecer os aspectos históricos da região, estado e município onde o militar está servindo.

Considerações finais


Um grupo militar unido e coeso terá melhores resultados na execução de tarefas exigentes, pois a coesão mantém o grupo organizado e focado nas tarefas, servindo como sistema de apoio social mútuo, tanto no nível da tarefa em si, como no nível emocional e da relação entre os seus membros, potencializando a autoestima individual e permitindo aos indivíduos suportarem situações que não conseguiriam suportar sozinhos (GRIFFITH e VAITKUS, 1999).

O estudo da História Militar contribui para o fortalecimento da coesão do Exército como instituição. O militar conhecedor do passado da instituição a que serve será um profissional mais qualificado e preparado para conviver em um mundo onde as informações e a cultura geram poder.

Do que foi visto e estudado neste trabalho, podemos afirmar que:

1) coesão, alicerçada na camaradagem e no espírito de corpo “construído no sacrifício das experiências da caserna, sobretudo nas adversidades e na superação dos limites” (PINA, 2018), é fator determinante na capacidade de gerar sinergia para motivar e movimentar a Força nos dias de hoje.

2) os nossos oficiais formados na AMAN,

por meio da reprodução da sua linguagem nas escolas de formação de sargentos e, juntos, oficiais e sargentos, reproduzindo-a na formação dos demais militares, quer sejam de carreira quer sejam temporários, dão a necessária coesão à instituição, a identidade sólida, a hegemonia dominante, a confiança mútua entre superiores e subordinados e entre pares: a mesma fala, a mesma linguagem, a mesma visão de mundo, a mesma verdade... a única possível. (ARAUJO, 2019) 

Referências

ARAUJO, Everton S.; RAPOSO, Eduardo V. A Elite do Exército. **Perspectivas**. São Paulo, v. 53, p. 59-79, jan/jun 2019. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/13459/8883>. Acesso em: 20 jun 2022.

BRASIL. **Portaria nº 255, de 4 de julho de 2016**, do EME, regula o Projeto Raízes, Valores e Tradições (PRVT).

BRASIL. **Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980**, regula o E/1 (Estatuto dos Militares).

CALAZA, Cláudio P. **A História Militar na AFA para AMAN**. 2012.

CARRON, A.V.; WIDMEYER, W. N.; & BRAWLEY, L. R. The development of an instrument to assess' cohesion in sport teams: The Group Environment Questionnaire. **Journal of Sport Psychology**, v. 7, n. 3, p. 244-266, 1985. doi: 10.1123/JSP.7.3.244.

CARRON, A. V.; BRAY, S. R.; & EYS, M. A. Team cohesion and team success in sport. **Journal of Sport Sciences**, v. 20, n. 2, p. 119-126, 2002. doi: 10.1080/026404102317200828.

CARVALHO, Maria Alice R. Exército Brasileiro: um retrato a aquarela. **Novos estudos CEBRAP** [online]. 2019, v. 38, n. 3, p. 637-651. Disponível em: <https://doi.org/10.25091/S01013300201900030007>. Acesso em: 20 jun 2022.

CLARK, John G.D. Space, time and man: a prehistorian's view. **Isis**. v. 85, n. 2, p. 297-299, 1994. doi: <https://doi.org/10.1086/356817>.

COELHO, Edmundo C. **Em busca da identidade**: o Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GODDARD, W.; Melville, S. **Research Methodology**: an Introduction. Lansdowne: Juta, 2004.

MAGALHÃES, João Batista. **A evolução militar do Brasil**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1991.

PINA, Rodolfo Tristão. **O espírito de corpo dos militares**. 2017. Disponível em: <http://eblog.eb.mil.br/index.php/menu-easyblog/o-espírito-de-corpo-dos-militares.html>. Acesso em: 20 jun 2022.

PINHO, Ricardo F. M. **Liderança e Coesão dos Graduados Instruendos no Curso de Comandos**. Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada. Portugal, 2016.

SIEBOLD, G. L. The Essence of Military Group Cohesion. **Armed Forces & Society**. v. 33, n. 2, p. 286-295, 2007. doi:10.1177/0095327X06294173.

TAVARES, Kleber S. **A ética castrense e a intervenção militar como recurso de manutenção da ordem institucional**. 2009. 157f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

Questão Letícia: as origens das disputas na região do Trapézio Amazônico e a mobilização das tropas brasileiras (1932-1934)

*Helio Irany Wanderley Junior**

Introdução

O Brasil passou por um processo intenso de discussão e demarcação de suas fronteiras, particularmente no final do século XIX e na primeira metade do século XX. Foi um momento de consolidação do Estado brasileiro após a Proclamação da República, em um contexto de renegociação dos tratados estabelecidos entre Espanha e Portugal, ainda no período colonial. Durante essa fase, destacou-se o principal nome da diplomacia brasileira, o Barão do Rio Branco.

Os tratados negociados nesse período foram diversos, entre os quais se destacam as negociações com: a França (Guiana Francesa), em 1900; o Suriname, em 1906; o Equador, em 1904; a Argentina, em 1898, 1910 e 1927; a Bolívia, em 1904; a Colômbia, em 1907 e 1928; o Paraguai em 1872 e 1927; dentre outras.

O movimento vivido pelo Brasil no período aconteceu praticamente em toda a América do Sul. Diversos países passaram a negociar a demarcação de suas fronteiras, particularmente na região amazônica, onde o aumento da demanda por produtos da floresta, como o látex, trouxe outros personagens para a disputa.

Foi o que ocorreu entre a Colômbia e o Peru, por exemplo. Os litígios de fronteiras entre ambos deveriam ter cessado, definitivamente, em 1829. Nessa

data, depois da Batalha de Tarquí, foi firmado um tratado de limites, que fixou, com bastante precisão, as lindes entre esses países e o Equador. Por mais de um século, no entanto, essa região foi ainda abalada por diversos conflitos.

Um deles, e talvez o mais marcante, ficou conhecido como *Questão Letícia*. Esse foi o nome dado ao conflito militar entre o Peru e a Colômbia, iniciado em agosto-setembro de 1932, tendo como objeto uma área do extremo sul do território colombiano, fronteira ao Peru e ao Brasil, na qual se localiza a cidade de Letícia. O conflito foi dirimido em 1934 graças aos esforços de mediação do Brasil, sob o patrocínio da Liga das Nações.

Nesse contexto, o presente trabalho se propõe a analisar as origens das disputas na região de Letícia sob a ótica militar do conflito. Para isso, será realizada uma análise dos documentos produzidos pelo Exército Brasileiro disponíveis no Arquivo Histórico do Exército (AHEx), que se enquadram em uma perspectiva de defesa e manutenção das fronteiras conquistadas. Trata-se de fontes manuscritas, acervos pessoais de militares, fontes impressas e livros escritos no período. Outra importante fonte que utilizamos para a elaboração do trabalho foi o jornal *O Correio da Manhã*, disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, que executou uma importante cobertura da guerra colombiano-peruana, publicando diariamente matérias sobre

*TC Int (AMAN/1999; EsAO/2008). Doutorando em História, Política e Bens Culturais (FGV/CPDOC); mestrado em História (UNIVERSO/2020); bacharelado e licenciatura em História (UERJ/2005); pesquisador do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEEx).

A disputa pela região de Letícia e a mobilização das tropas brasileiras



A guerra colombo-peruana ocorreu entre os anos de 1932 e 1934 na região do rio Putumayo-Içá e na cidade de Letícia, situada no departamento colombiano do Amazonas. O principal ponto de discórdia entre Peru e Colômbia foram as cláusulas do Tratado Salomón-Lozano, celebrado em 1922 entre ambos os países. Nelas se adicionava ao Peru a área entre os rios Napo, Amazonas e Putumayo, fronteira ao Equador, cedida pela Colômbia, que, por sua vez ficava com a região conhecida como Trapézio Amazônico, garantindo seu acesso ao rio Amazonas.

a leste pela linha geodésica Apaporis-Tabatinga, a sul pelo rio Amazonas (Peru) – chamado de Solimões no Brasil – e a norte pelo rio Putumayo (Colômbia). Podemos verificar também o rio Javari, que marca a fronteira entre o Brasil e o Peru. Essa região ficou conhecida como Tríplice Fronteira Norte.

Os principais conflitos entre Colômbia e Peru deram-se na localidade de Letícia, ilustrada no mapa e na localidade de Tarapacá, situada junto ao rio Putumayo, na fronteira entre Brasil e Colômbia. Um dos maiores problemas brasileiros no conflito foi o trânsito das tropas peruanas, que se dirigiam para o rio Putumayo, e as tropas colombianas, que faziam o caminho contrário, em direção a Letícia. Ocorre que esse trânsito só era possível passando pelo território brasileiro, como se pode constatar na **figura 1**, o que gerou diversos problemas para as forças brasileiras na região.

Como dito anteriormente, pelo Tratado Salomón-Lozano, de 24 de março de 1922, o território de Letícia foi cedido à Colômbia. Ocorre que o acordo entre as partes previa a entrega efetiva do território *a posteriori*, depois que o tratado fosse referendado pelo congresso de ambos os países. Dessa forma, o Tratado de 1922 garantiu o direito da Colômbia ao território, mas não a efetiva posse, que só se daria em 1930, depois de um complicado e extenso processo de negociação entre o país, o Peru e o Brasil, lindeiro aos dois países na região.

O tratado trouxe preocupação ao governo brasileiro pelo fato de que os territórios a leste da linha Apaporis-Tabatinga, reconhecidos como sendo do Brasil pela República do Peru, poderiam ser reivindicados pela República da Colômbia, que ficou com a posse das terras peruanas, a oeste da linha demarcatória. Em 4 de abril de 1925, com a intermediação do secretário de Estado dos Estados Unidos da América, foi assinado o Protocolo de Washington, em que a pendência entre os três países, a respeito da linha divisória, foi resolvida, assentando-se a legitimidade e o reconhecimento do Tratado de 1922.

O documento firmado em Washington era, na verdade, uma ata de reunião na qual os governos estabeleceram um entendimento comum, mediado pelos EUA,

acerca do encaminhamento a dar a suas questões fronteiriças em tratados futuros. A proposta do secretário dos EUA, acatada pelas partes, consistia no seguinte:

- 1) A retirada pelo Brasil das ponderações que fizera a respeito do Tratado de Limites entre a Colômbia e o Peru;
- 2) A ratificação pela Colômbia e pelo Peru do mencionado Tratado de Limites; e
- 3) A assinatura de uma convenção entre o Brasil e a Colômbia, pela qual o limite entre esses países seria acordado na linha Apapóris-Tabatinga.

Resolvidas as pendências fronteiriças do Tratado Salomón-Lozano, com o reconhecimento pela Colômbia da linha Apapóris-Tabatinga como limite com o Brasil, e o Brasil cedendo a livre navegação colombiana no Amazonas e em outros rios adjacentes, o tratado seria ratificado. A atividade da diplomacia brasileira garantiria a manutenção da linha divisória contestada. Como desdobramento da Ata de Washington, Brasil e Colômbia assinaram, em 15 de novembro de 1928, na gestão do embaixador Mangabeira, o Tratado de Limites e Navegação Fluvial, considerando a linha Apapóris-Tabatinga como divisória entre os dois países.

Já entre Peru e Colômbia, o tratado não conseguiu realizar a pacificação pretendida, que era extinguir os litígios e controvérsias nas fronteiras existentes entre os dois países. Mantido em sigilo por mais de cinco anos, o tratado foi submetido à votação e aprovado pelo Congresso Peruano somente em 20 de dezembro de 1927, por determinação do presidente Augusto B. Leguía. Três meses depois, em março de 1928, foi ratificado pelo Congresso Colombiano. Dessa forma, podemos observar que o tratado levou seis anos desde a sua assinatura em 1922 até a sua ratificação pelos países envolvidos.

O traçado da nova linha de fronteira foi executado sobre o terreno, por meio de comissões mistas, e todo o trabalho minuciosamente consignado nas atas de demarcação, firmadas pelos representantes de ambas as partes. Foram colocados marcos nas seções não separadas por limites naturais, estabelecidas as necessárias

coordenadas geográficas e levantadas cartas e planos da região. Dessa forma, procurou-se cumprir os estatutos legais para a demarcação de fronteiras estabelecidas no regramento internacional.

Finalmente, o Tratado Salomón-Lozano produziria seus efeitos legais somente em 17 de agosto de 1930, com a entrega do território do Trapézio Amazônico à Colômbia, que logo tratou de se estabelecer na região de Letícia, tomando posse, demarcando a linha fronteiriça e providenciando a instalação das suas instituições de Estado. Ocorre que o fato não foi aceito pela população peruana, que, a partir daquele momento, teve que deixar a região. Assim, a partir da entrega da zona à Colômbia, houve diversos pequenos problemas entre peruanos e colombianos.

Ocorre que Letícia é uma cidade que hoje pertence à Colômbia, mas foi fundada pelos peruanos Enrique Vigil e Benigno Bustamante, em 25 de abril de 1867. Quando passou a pertencer à Colômbia, toda a população peruana que vivia não só em Letícia, mas em toda a região do Trapézio Amazônico, foi obrigada a deixar seu local de origem ou mudar de nacionalidade. Tal fato foi de extrema complicação, especialmente em uma região onde as fronteiras ainda não estavam bem definidas. Assim, a medida adotada trouxe grandes transtornos para a população peruana que vivia em Letícia e arredores.

A intenção do presidente Leguía com o tratado foi ganhar apoio externo para o Peru, particularmente o norte-americano, em um momento em que o país se achava pressionado, em meio à questão de Tacna e Arica com o Chile em sua fronteira sul, e as pretensões equatorianas na Amazônia em sua fronteira norte. De fato, uma consequência do Tratado Salomón-Lozano foi a Colômbia ter apoiado o Peru no litígio peruano-equatoriano, que acabou, inclusive, gerando o rompimento de relações entre Equador e Colômbia. Para a sociedade peruana e para a população da região do Trapézio Amazônico, no entanto, o tratado foi pesado demais.

Os conflitos na região perduraram por longo tempo, até que, em 1932, um grupo de peruanos resolveu ocupar Letícia, expulsando e aprisionando as autoridades colombianas que lá estavam. Tratou-se,

sobretudo, de um acontecimento local, mas que teve grandes repercussões para os países beligerantes, para o Brasil, que fazia fronteira com ambos, e para a própria Liga das Nações, criada para, em última análise, promover a paz entre as nações.

Tanto o governo peruano quanto o colombiano foram surpreendidos pelas notícias que chegavam da fronteira e tomaram posições distintas em relação ao fato. A Colômbia afirmou tratar-se de um caso de polícia, de um problema estritamente doméstico, por se tratar de um atentado contra cidadãos colombianos ocorrido em território, àquela altura, da Colômbia. Já o Peru afirmou inicialmente que se tratava de um movimento dos inimigos políticos do presidente Sanchez Cerro, em suas próprias palavras, uma perturbação provocada pelos comunistas. O Peru, no início, buscou uma solução conciliatória para o conflito, entretanto a pressão da população e a opinião pública peruana o fizeram mudar radicalmente de posição.

O presidente peruano decidiu, então, apoiar o grupo peruano que ocupou Letícia. Do ponto de vista da política interna, não havia alternativa ao governo de Cerro, pois, caso optasse por apoiar os colombianos, teria que reprimir sua própria população, talvez com o emprego da força, para fazê-la cumprir o Tratado de 1922, que, àquela altura, despertava grande insatisfação popular, especialmente na população do departamento de Loreto, ao qual Letícia originalmente pertencia. O assunto, visto inicialmente como um problema interno, transformou-se em uma questão internacional, que o próprio Sanchez Cerro qualificava como a expressão das grandes aspirações da nacionalidade peruana, ferida pelo Tratado de 1922.

Após a invasão de Letícia, o Peru alegou o descumprimento por parte da Colômbia do artigo 8º do Tratado de Limites e Navegação Fluvial entre a Colômbia e o Peru, mais conhecido como Tratado Salomón-Lozano de 1922. Tal acusação deveu-se à ação sistemática e continuada das autoridades colombianas, segundo os peruanos, para dificultar a navegação e o comércio, especialmente nos rios Amazonas e Putumayo, que afetaram profundamente a vida econômica dessa parte da

região amazônica peruana, o que aumentou a insatisfação peruana com o tratado.

Outra nação que sofreu com o Tratado Salomón-Lozano foi o Equador. Embora não seja o alvo principal de nossa pesquisa, não podemos deixar de citar a posição equatoriana sobre o que foi acordado. O Triângulo de Sucumbios, ao sul do rio Putumayo, cedido pela Colômbia ao Peru, era o coração da área em disputa entre Peru e Equador. Sua conquista aumentou em grande medida a posição do governo peruano na região frente ao Equador. De um dia para o outro, Quito se viu confrontada por um antagonista que previamente considerava um aliado. Desde o rio San Miguel ao leste, o Equador ficou cercado a norte, leste e sul pelo território peruano.

Além disso, o Tratado de 1922 eliminou a possibilidade de apoio colombiano, militar ou diplomático, ao Equador em sua disputa com o Peru. Depois de 1922, o principal interesse do Equador era anular o Tratado Salomón-Lozano, enquanto o colombiano era confirmá-lo. Embora poucos peruanos tenham, logo de início, tomado consciência da importância dessa nova realidade geográfica e política, a reação violenta no Equador, ante as notícias do acordo de 1922, colocou em evidência sua importância estratégica. O governo equatoriano se sentiu traído, pois havia sacrificado seu território em favor da Colômbia em 1916 e pensava que ganharia um aliado na sua disputa com o Peru.

A guerra colombo-peruana trouxe inúmeras repercussões para o projeto político brasileiro para as fronteiras. O Brasil não poderia ser indiferente à luta armada que se instalou entre Peru e Colômbia. O país, no entanto, passava por inúmeros problemas internos e tinha muitas dificuldades para estabelecer uma política de fronteiras, desenvolvida naquele momento pelas Forças Armadas brasileiras, uma das pouquíssimas instituições brasileiras empenhadas nesse trabalho. A partir desse ponto, analisaremos de que forma se deu a resposta do Exército Brasileiro ao conflito, como se organizou, que forças deslocou e quais os principais desafios enfrentados na defesa das fronteiras brasileiras no período.

Diante da situação citada, o Exército Brasileiro passou a acompanhar a situação na Tríplice Fronteira.

Em comunicação recebida em 4 de setembro de 1932, encontra-se:

GABINETE DO MINISTERIO DA GUERRA – SECRETO – COPIA – BOGOTÁ – SETEMBRO 2 – HORA 6,47 – 1932. – DE COLÔMBIA – RIO – DELEGAÇÃO DA COLÔMBIA EM LIMA COMUNICA CONFIDENCIALMENTE QUE O GOVERNO FEZ CONHECER ESTALOU (SIC) EM LECTICIA MOVIMENTO SUBVERSIVO. PRENDERAM AUTORIDADES COLOMBIANAS. GOVERNO DE LIMA ATRIBUE AO MOVIMENTO ORIGEM COMUNISTA E OFERECE COOPERAR PARA DEBELAÇÃO. NECESSARIO SNR. OBTENHA EMBARCAÇÕES BRASILEIRAS ABSTENHAM-SE TOCAR LECTICIA E VIGIAR CARREGAMENTOS PODEM CHEGAR A ESSE PORTO. EXTERIORES¹.

O documento anterior, além de confirmar a posição inicial do governo peruano de atribuir ao golpe um caráter de levante comunista, aponta para a política de monitoração das fronteiras e da não intervenção no conflito ora instalado. Em comunicação recebida no mesmo dia 4 de setembro de 1932, agora do efetivo brasileiro em Tabatinga, pode-se verificar:

RADIOGRAMA DE BELEM PARÁ – N.56 – Data: 3 – 9 – 1932 701 E/M – COMT. CONTINGENTE TABATINGA DEU CONHECIMENTO A ESTE COMANDO QUE FRONTEIRAS COLOMBIANAS DE LECTICIA ESTÃO PODER PERUANOS PT AUTORIDADES COLOMBIANAS MAIORIA PRESAS REINA ABSOLUTA CALMA E ORDEM EM NOSSA FRONTEIRA PT. R. GUASQUES – Coronel².

O Estado-Maior do Exército (EME) iniciou, então, um período de discussões, com o intuito de planejar e executar o aumento do efetivo na região de Tabatinga, que, naquele momento, contava com um contingente de poucos militares. Tal planejamento visava à ocupação militar da fronteira com Peru e Colômbia, tratando-a como providência de caráter urgente, a fim de prevenir possíveis consequências dos acontecimentos que ora se desenrolavam em Letícia.

O aumento do efetivo na região tornou-se necessário tendo em vista que, após a ocupação de Letícia

por tropas peruanas, tanto Peru quanto Colômbia iniciaram o processo de deslocamento e concentração de tropas na região. Em documento de 28 de setembro de 1932, o diretor-geral dos Correios e Telégrafos de Manaus informou que o encarregado da estação rádio São Paulo Olivença comunicou a passagem naquela data de canhoneiras peruanas.

Tal fato incitou a troca de documentos entre o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Guerra. Tentava-se verificar se as embarcações peruanas tinham ou não autorização brasileira para trafegar em nossas águas:

O Ministro de Estado das Relações Exteriores atenciosamente cumprimenta seu collega dos Negocios da Guerra e pede a Sua Excellencia a fineza de o informar, com a possível urgência, se, pelo commando do forte de Tabatinga ou por qualquer outra autoridade militar nossa da Amazônia foi dada permissão para a passagem, por nossas águas territoriaes, da canhoneira peruana Napo, que aportou a 27 do corrente às 7 horas a Benjamin Constant, comboiando três vapores armados em guerra, conduzindo grande tropa do Exercito com destino ao rio Putumayo.³

A resposta ao questionamento veio da Embaixada brasileira em Lima, assinada pelo embaixador Ipanema Moreira⁴. Em sua comunicação, o representante brasileiro fez saber que o ministro das Relações Exteriores peruano mostrou-lhe telegrama do prefeito de Loreto, no qual constava que solicitara, por ofício, ao Consulado do Brasil em Iquitos, livre trânsito para o Putumayo, pelas nossas águas territoriais, na noite do dia 25 de setembro, da canhoneira “América”, acompanhada pelas lanchas “Hualaga” e “Napo”, com o efetivo de 600 homens, informando que o propósito era resguardar a fronteira e a renovação do pessoal da guarnição de Putumayo. A canhoneira “América”, deixando Ramón Castilho, atravessou sem novidades as águas brasileiras e, naquele momento, se encontrava em águas territoriais peruanas.

Diante do exposto, depreende-se que tal fato despertou a preocupação no EME por dois motivos. O primeiro deles diz respeito ao efetivo envolvido. Naquele período, um efetivo de 600 homens correspondia a um batalhão de infantaria, muito maior que o destacamen-

to peruano em Chimbote, à época contando com cerca de 30 homens (1 pelotão). Outro motivo que salta aos olhos são os meios bélicos disponíveis. As quatro embarcações e o armamento transportado pelas tropas peruanas poderiam facilmente gerar um grande incidente militar em qualquer ponto do território brasileiro, e a ausência de tropas brasileiras poderia tornar o problema de difícil solução. Dessa forma, urgia deslocar para a região tropas que pudessem fazer frente a qualquer ameaça e garantir a soberania brasileira em nosso próprio território.

O Estado-Maior do Exército (EME) apresentou ao Sr. presidente da República as medidas a serem postas em ação sem perda de tempo⁵:

- 4) Organização conveniente do Comando da 8ª Região Militar, nomeando-se para ela um general e completando-se seu estado-maior;
- 5) Determinação a este comando para que estude os pormenores de ocupação da fronteira;
- 6) Constituição de um núcleo de forças em Benjamin Constant ou Tabatinga, formado pelo 27º BC e mais dois batalhões de caçadores, núcleo este que destacará os elementos para a ocupação dos pontos interessantes da fronteira;
- 7) Instalação de postos de telégrafo sem fio (TSF) nos pontos ocupados e instalação de uma base de aviação (em Belém ou Manaus), capaz de destacar elementos, permanentemente, à disposição do núcleo das forças principais;
- 8) Organização dos serviços das forças de ocupação da fronteira;
- 9) Coordenação das ações a cargo dos Ministérios da Guerra e da Marinha, de modo que a Marinha mantivesse na região elementos capazes de apoiarem as forças de terra e de efetuarem a vigilância da navegação dos rios;
- 10) Assentados esses pontos, necessário se tornava, desde o início, que o comando das forças de ocupação da fronteira ficasse organizado sem demora, de modo a fixar firmemente a subordinação das forças terrestres e navais. Esse era o assunto, porém, sobre o qual conviria conhecer a opinião do comandante designado para

aquela região militar, antes de uma decisão. Em todo caso, a ele deveria caber o comando superior de todas as forças militares que se concentrassem na região destinadas a operar na fronteira.

Após a aprovação do planejamento inicial, o EME expediu a Instrução Particular nº 1, na qual definiu a constituição e o envio de uma *força de ocupação e observação*. Por meio dessa força, o governo brasileiro buscava assegurar a inviolabilidade do território nacional e garantir a absoluta neutralidade do Brasil no conflito entre as nações amigas do Peru e da Colômbia.

A missão da Força de Ocupação e Observação era fazer a vigilância da fronteira, manter a efetiva e completa neutralidade brasileira no conflito e assegurar a inviolabilidade do nosso território. Para isso, não poderia permitir o trânsito nos rios de águas brasileiras dos navios estrangeiros não autorizados pelo Ministério das Relações Exteriores, nem permitir que forças estrangeiras formassem em nosso território bases de operações ou pontos de apoio. Dessa forma, deveria desarmar e internalizar no território brasileiro os que nele penetrassem.

Segundo o documento, a Força de Ocupação e Observação deveria se reunir na região de Tabatinga-Capacete-Santo Antônio do Içá, ocupando as vias de comunicação no limite de nossa fronteira. Esses elementos de vigilância deveriam ser dotados de meios rápidos de transmissões, dispondo de meios suficientes para transportarem-se para qualquer ponto da fronteira onde fosse necessária sua atuação. Definiu, ainda, que a força teria um estado-maior misto, formado por militares do Exército e da Marinha.

A concentração de tropas brasileiras, executada a partir de dezembro de 1932, resultou na constituição da Força de Ocupação e Observação composta pela 8ª RM, reforçada por tropas vindas de diversos pontos do país. Foi constituído o *Destacamento Solimões*, estacionado em Tabatinga, integrado pelo 27º BC, que também daria cobertura à região de Benjamin Constant, pela 7ª Bia do Regimento de Artilharia Mista e pelo contingente especial local. Em Tonantins (AM), foi instalado

o 21º BC e o contingente especial do Içá, constituindo o *Destacamento do Içá*. Em Manaus, ficou estabelecido o 23º BC e o 25º BC.


Apesar de o Exército contar com o 26º Batalhão de Caçadores sediado em Belém, na documentação analisada, não há menção do motivo pelo qual essa tropa não constou dos planejamentos do EME. Foi preciso recorrer à análise dos jornais da época para podermos responder a essa pergunta. Na edição de *O Correio da Manhã*⁶, de 20 de dezembro de 1932, encontramos a notícia de que o general Espírito Santo Cardoso, ministro da Guerra, resolveu conceder um mês de licença a todo o efetivo do 26º BC, que havia acabado de chegar a Belém vindo do Sul, onde foi empregado contra os paulistas. Ainda segundo a notícia, o batalhão foi uma das últimas unidades a regressar da frente de operações e deveria, depois do período de licença, seguir para Manaus e Tabatinga, onde seria integrado às forças brasileiras na região.

Outra pergunta que foi possível responder mediante análise dos jornais do período foi a respeito da data de nomeação do general de brigada Almério de Moura para o Comando da 8ª Região Militar. Cabe aqui esclarecer que o jornal *O Correio da Manhã* possuía uma coluna destinada a publicar os atos do chefe do governo provisório, particularmente durante o período de nossa pesquisa. Nessa coluna, encontramos a notícia, publicada no dia 11 de dezembro de 1932, da exoneração do general de brigada Almério de Moura do cargo de comandante da 6ª Região Militar e de sua nomeação para o cargo de comandante da 8ª RM e, consequentemente, da Força de Ocupação e Observação.

Dessa forma, enquanto o Brasil começava a expedição de ordens para a mobilização e deslocamento de

suas tropas, o movimento na zona do conflito se intensificava. Em 12 de dezembro, o Ministério das Relações Exteriores comunicou a autorização para a passagem pelas águas brasileiras da lancha peruana “San Miguel” e de uma chata, transportando víveres e 40 soldados para a guarnição peruana do Putumayo. Logo após, no dia 23 de dezembro, outra comunicação informou a passagem do vapor peruano “Marañón”, transportando gasolina e outros recursos de Calláo para Iquitos. Já do lado colombiano, observa-se documento informando a permissão para passagem pelas águas fluviais brasileiras da flotilha daquele país, de acordo com o estabelecido no artigo VI do Tratado de 15 de novembro de 1928⁷.

Considerações finais

Neste breve artigo, procuramos abordar as origens das disputas na região de Letícia e o trabalho empreendido pelo Brasil nos anos de 1932 a 1934 para mobilizar e enviar tropas para a região amazônica que pudessem garantir a integridade do território nacional, bem como a neutralidade do Brasil na disputa. Nossa intenção foi lançar luz sobre aspectos pouco estudados da história militar brasileira, particularmente no que diz respeito aos conflitos ocorridos nas vastas regiões de fronteira do Brasil. Dessa forma, procuramos, com nosso trabalho sobre a guerra colombo-peruana, completar uma lacuna historiográfica e apontar alguns caminhos em que outras pesquisas poderão se aprofundar. Em um momento em que praticamente todos os países do mundo debatem problemas fronteiriços, o estudo do tema nos parece muito pertinente e atual. 

Referências

BARROS, Alexandre de Sousa Costa. **The Brazilian Military. Professional socialization, political performance and State building**. Tese de Doutorado. The University of Chicago, 1978.

BARROS, Alexandre de Sousa Costa. As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: FAUSTO,

Boris (editor). **História Geral da Civilização Brasileira**, v. 9, III (O Brasil Republicano: sociedades e instituições). São Paulo: Difel, 1977.

BARROS, Alexandre de Sousa Costa. **Forças armadas e política, 1930-1945**. A Revolução de 30. Seminário realizado pelo CPDOC/FGV, Rio, set 1980. Brasília: UnB, 1983.

BOURNEUF, Pierre-Etienne (2016). **‘We Have Been Making History’**: The League of Nations and the Letícia Dispute (1932-1934). The International History Review, 2016. Disponível em: < [https://limun.org.uk/FCKfiles/File/%E2%80%99We_Have_Been_Making_History%E2%80%99_The_League_of_Nations_and_the_Leticia_Dispute_\(1932-1934\).pdf](https://limun.org.uk/FCKfiles/File/%E2%80%99We_Have_Been_Making_History%E2%80%99_The_League_of_Nations_and_the_Leticia_Dispute_(1932-1934).pdf)>. Acesso em: 20 jul 2020.

CASTRO, Celso. **Os Militares e a República**: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

CASTRO, Celso. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CASTRO, Celso. **A Proclamação da República**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000 (Coleção Descobrindo o Brasil).

COSTA, Sérgio Corrêa da. **A Diplomacia brasileira na Questão de Letícia**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

ESTEVES, Diniz. **Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército**. Brasília: EME, 1996.

FORTES, Mírcia Ribeiro. A rede de fortificações na Amazônia brasileira: uma abordagem sobre a militarização (séculos XVII e XVIII). Manaus: **Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos**, 2012, p. 159-168. Disponível em: <<http://periodicos.ufam.edu.br/somanlu/article/view/251>>. Acesso em: 19 set 2019.

MCCANN, F. **A Nação Armada**: ensaios sobre a história do Exército brasileiro. Tradução: Sílvio Rolim. Recife: Guara- rapes, 1982.

RODRIGUES, F. S. **Um olhar diferente sobre Rondon**: imagens do processo civilizador sobre o sertão centro-oeste e norte brasileiro na Primeira República. Dissertação de Mestrado. Vassouras: USS, 2005.

SOUZA, Aécio Pereira de. **Fronteiras da Amazônia**: uma guerra silenciosa. Rio de Janeiro: Razão Cultural, 2000.

BARROS, José D’Assunção. **O Campo Histórico**: as especialidades e abordagem da História. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Celta, 2002.

BARROS, José D’Assunção. **Estado, Governo, Sociedade** – Para uma teoria geral da política. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CLACSO – **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**. Movimientos sociales y conflictos en América Latina. Buenos Aires, Argentina: Programa OSAL, 2003.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade**: o Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976. “Introdução”, p. 17-33.

COELHO, Edmundo Campos **A instituição militar brasileira**: um ensaio bibliográfico. O que se deve ler em ciências sociais no Brasil. São Paulo Cortez/ANPOCS, 1990, p. 335-359.

CUÉLAR, Oscar. **Notas sobre la participación política de los militares en América Latina**. Aportes, n. 19, janeiro de 1971, p. 7-40.

HOBSBAWN, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780**: programa mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

- HOBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- HOBSBAWN, Eric. Civis e militares na política do século XX. In: **Revolucionários**. Ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- HUNTINGTON, Samuel P. **O Soldado e o Estado**. Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1996.
- SODRÉ, Néelson Werneck. **A História Militar do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- PEDROSA, F. Velôzo G (2011). A História Militar Tradicional e a “Nova História Militar”. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: Anpuh Nacional. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300540601_ARQUIVO_Artigo-HistMilTradeNovaHist-Envio.pdf.
- PÉREZ, J. A. **El Conflicto com el Perú 1932-1933 y el inicio de la Política de Industrialización en Colômbia**. Estudios en Seguridad y Defensa. CEESEDEN: Bogotá, 2016.
- RESTREPO, Juan Camilo y Luis Ignacio BETANCUR. **Economía y conflicto colombo-peruano**. Bogotá: Villegas Editores, 2001.
- SILVEIRA, H. G (1997). **Argentina x Brasil**: a Questão do Chaco Boreal. Porto Alegre: Ed. PUCRS.
- TRAVASSOS, Mario. **Projeção Continental do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Notas

- ¹ BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. Pasta 1. Acervo Questão Letícia.
- ² BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. Pasta 1. Acervo Questão Letícia.
- ³ BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. Pasta 1. Acervo Questão Letícia.
- ⁴ Alberto Jorge de Ipanema Moreira foi embaixador brasileiro em Lima de 1931 a 1936. Era filho de José Antônio Moreira Filho, o Barão de Ipanema. Seu avô paterno, José Antônio Moreira, foi primeiro barão e depois Conde de Ipanema. Participou como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de primeira classe em abril de 1929, atuando como embaixador em missão especial à posse do presidente da Colômbia, Enrique Olaya Herrera. Foi nomeado embaixador no Peru em setembro de 1931 em substituição a Sílvio Rangel de Castro, atuando neste país até 1936, quando foi substituído por Argeu Guimarães. MOREIRA, Alberto Jorge de (Verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (orgs.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.
- ⁵ BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. Pasta Relatório do EME. Acervo Questão Letícia.
- ⁶ SEGUIRÁ para Tabatinga o 26º BC. *O Correio da Manhã*, n.11.669, Rio de Janeiro, 20 dez. 1932, p. 2.
- ⁷ BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. Pasta Relatório do EME. Acervo Questão Letícia.

O soldado e o diplomata: a guerra e a paz em Assunção

*Luiz Augusto Rocha do Nascimento**

Introdução

A entrada dos aliados em Assunção, na Guerra da Tríplice Aliança, em janeiro de 1869, coroou o episódio conhecido como *Dezembrada*: a série de batalhas comandadas por Caxias contra Solano Lopez, governante paraguaio. A vitória da tropa comandada pelo então marquês abriu as portas da capital paraguaia e colocou um final ao exército paraguaio ainda estruturado.

A tomada de Assunção, no entanto, não representou o final da guerra. A entrada na capital do adversário, geralmente, coroou as campanhas militares. Os vencedores ocupavam o centro geográfico do poder e impunham as condições de paz. Assim na entrada em Paris da Sétima Coligação contra Napoleão Bonaparte e na Guerra Franco-Prussiana de 1870-1871.

Caso o poder não se encontrasse na capital, a vitória, no entanto, poderia não se consumir. O príncipe-regente Dom João transferiu a Corte para sua maior colônia e continuou a governar. O mesmo aconteceu no Paraguai: as tropas ocuparam Assunção, mas Lopez não fora capturado. Sua fuga frente aos aliados criou um impasse para as reações dos aliados com os paraguaios.

Dom Pedro II, invocando a cláusula do Tratado da Tríplice Aliança, exortou a Argentina e o Uruguai a prosseguirem na luta. A guerra era contra o governo do Paraguai, na pessoa do marechal Solano Lopez, não contra o povo do Paraguai. Os aliados tiveram o cuidado de deixar essas premissas bem claras no sexto e no sétimo artigos do tratado.

O impasse gerou duas necessidades urgentes. A primeira foi a de reorganizar o Paraguai para prosseguir seu governo sem o marechal. A segunda foi a de reorganizar as tropas para prosseguir na perseguição do governante deposto, mas evadido. Ambas as tarefas se mostraram, desde o começo, muito difíceis de se cumprir.

O cumprimento dessas tarefas – uma diplomática, outra militar – trouxeram ao teatro de operações José da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco, e colocaram, brevemente, em relevo, o marechal Guilherme Xavier de Sousa. O primeiro possuía uma larga experiência diplomática nos conflitos da bacia do rio da Prata. O outro já se encontrava na Campanha do Paraguai e era dono de vasta experiência militar.

Este trabalho, portanto, tem o objetivo de recordar a atuação de duas personalidades importantes na Guerra da Tríplice Aliança. O primeiro, diplomata, encarregado de fazer a paz: José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco. O segundo, militar e político,

*Cel Cav R1 (AMAN/1987, EsAO/1995). Licenciatura em História. Especialização em História Militar (UNISUL). Acadêmico de instituições histórico-culturais na Argentina, Brasil, Espanha, Paraguai, Portugal e Uruguai. Professor de História do Colégio Militar de Brasília e do curso de pós-graduação em História Militar da UNISUL. Pesquisador Associado do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEEx). luizaugusto.rocha@eb.mil.br.

encarregado de reagrupar as tropas para prosseguir a guerra contra o marechal Lopez: Guilherme Xavier de Sousa.

Para tanto, o trabalho teve a sua estrutura dividida em três partes. A primeira resgatou algumas ideias de três referências do pensamento da paz e da guerra: Sun Tzu, Maquiavel e Clausewitz. A segunda apresentou um resumo da atuação de Paranhos no Paraguai. Finalmente, o trabalho tratou de apontar algumas informações sobre o marechal Guilherme Xavier de Sousa.

Pensadores da guerra e da paz

Uma máxima famosa, atribuída ao presidente francês Georges Benjamin Clemenceau, é o de que a guerra é uma coisa demasiado grave para ser confiada aos militares. Talvez o exagero não se justifique, porque existiram pensadores da guerra tanto civis como militares. Eles ajudaram a construir uma base sólida para a interpretação da relação entre a política e a força militar.

Sun Tzu, nome lendário de *A arte da guerra*, salientou que o soldado se subordinava ao seu soberano (governante) para estabelecer as suas ações. A guerra, em sua visão, passava por um projeto nacional, não de iniciativa dos próprios militares. Assim como os atenienses, ir à guerra e fazer a paz era decisão dos cidadãos atenienses. A estratégia era com os generais e os almirantes.

As consequências do descumprimento dessa ideia possuem um exemplo marcante no Japão da Segunda Guerra Mundial. Um governo fortemente influenciado pelos militares, particularmente o general Tojo, conduziu os japoneses a uma política agressiva antes mesmo da guerra na Europa. No final, essa política culminou com a destruição do país.

Outro ponto enfatizado por Sun Tzu é o papel do comandante. Ele deixou isso bem claro em várias passagens de sua obra. Enumerou as qualidades da chefia e a forma de conduzir a guerra em várias partes dos seus escritos. Em Atenas, qualquer função pública

podia ser democraticamente executada por qualquer cidadão. A única exclusividade era a dos comandantes do exército.

Maquiavel, que viveu em uma época do uso de mercenários nas guerras, salientou a importância da profissionalização dos soldados. Isso tanto para sua atuação quanto para evitarem usar da força para tomar o governo. Salientou que a condução das campanhas militares prescindia de experiência prática, a qual se adquiria apenas em tempos de guerra.

O florentino ensinou também quanto à conquista de um Estado que, antes, vivia segundo suas leis, lembrando a divisão política da Itália do seu tempo. Para ele, só havia três modos de manter a conquista de um Estado: destruí-lo, habitá-lo ou deixá-lo sob suas leis. O Império Romano, por exemplo, foi um caso de sucesso na manutenção de conquistas por séculos.

Clausewitz, pensador militar prussiano, estabeleceu uma série de observações a respeito da condução da guerra. Para ele, a guerra é um ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à vontade de um dos oponentes. Sintetizou seu pensamento com a célebre máxima de que *a guerra era uma extensão da política*.

O prussiano destacou a necessidade do treinamento e do profissionalismo. Salientou que o comandante não podia ir à guerra sem experiência. Ela não podia ser uma novidade, uma experiência para quem se dedicasse a esse ofício. A preparação era fundamental para que a conduta do processo militar levasse ao sucesso do general e, por conseguinte, do Estado a que servia.

A rápida abordagem das ideias dos três pensadores mostrou a convergência do Estado e do general. As ações deste não devem se distanciar das diretrizes traçadas por aquele. A guerra é uma atividade profissional, desgastante, cara e brutal. Não deve, portanto, ter a sua condução na mão de amadores.

O Visconde do Rio Branco e o Paraguai

Este grande diplomata do Império nasceu no dia 16 de março de 1819, em Salvador, província da Bahia. Faleceu em 1º de novembro de 1880 na capital do Império. Ele cursou engenharia e depois se diplomou em ciências matemáticas na Escola Militar do Rio de Janeiro (1846). Paranhos lecionou na Escola Militar. Exerceu também a atividade de jornalista, colaborando nos seguintes jornais: *Correio Mercantil*; *O Marimbondo*; *Jornal do Commercio*; e *O Novo Tempo*.

Paranhos foi ministro residente em Montevidéu (1852), ministro da Marinha e dos Negócios Estrangeiros no governo de Antônio Paulino Limpo de Abreu, Visconde de Abaeté, o 10º gabinete do império (1858-1859). Ele também foi ministro da Fazenda (1861-1862 e 1871-1875) no gabinete presidido pelo então Barão e depois Duque de Caxias.

O Visconde do Rio Branco também atuou como deputado geral pelo Rio de Janeiro, onde fora vice-presidente e presidente interino. Ele foi senador do Império (1863-1880) pela província do Mato Grosso. Ocupou o cargo de conselheiro de Estado e de ministro da Guerra em 1871. No mesmo ano, ele ocupou a presidência do Conselho de Ministros.

Sua maior obra foi a apresentação e promulgação da Lei do Ventre Livre, em 28 de setembro de 1871, que visava à extinção gradual da escravidão no Brasil. Paranhos realizou ainda a reforma judiciária, o primeiro recenseamento geral do país, além de obras como a inauguração do cabo submarino e melhorias urbanas no Rio de Janeiro. É o patrono da cadeira nº 40 da Academia Brasileira de Letras.

José Paranhos teve grande atuação na política e na diplomacia. Exerceu as funções de secretário na missão especial no rio da Prata, sob as ordens do Marquês de Paraná (1851). Depois, ministro residente, chefe de legação e enviado especial em missões nas repúblicas da Argentina, do Uruguai e Paraguai de 1852 a 1869. No período de 1869-1870, ele colaborou na organização do governo provisório do Paraguai, ao final da guerra.

Paranhos chegou a Montevidéu em fevereiro de 1869. Vinha autorizado a resolver com Caxias a si-

tuação de sua saída do comando em Assunção. Ao final, acertou com o generalíssimo que ele continuasse em sua viagem de volta ao Brasil. A saúde do Velho Soldado cedera às agruras das várias guerras nas quais lutara.

A situação em Assunção era, no mínimo caótica. Antes deserta, viu afluir, lentamente, os moradores, os quais fugiram ante o medo gerado pela aproximação das tropas. Além disso, os aliados patrulhavam as proximidades da capital paraguaia. Nessas buscas, achavam e traziam para Assunção os sobreviventes. Estes, flagelados pelos anos de guerra, estavam em estado deplorável.

O descontrole era grande. Os locais retomavam suas posses das sobras dos saques. Os proprietários passaram a alugar seus imóveis por preços absurdos. Falavam condições mínimas de vida. A cidade começou, pouco a pouco, a ter um aumento descontrolado da população. O apoio aos necessitados não acompanhava as necessidades.

Além do descontrole da estrutura da capital paraguaia, o diplomata Paranhos teve que enfrentar as lideranças que emergiram do país com a desintegração do poder de Lopez. A tarefa não foi fácil. Ele começou, porém, a trabalhar arduamente para costurar um novo governo para o país, sem perder de vista os interesses do Brasil.

Esses interesses estavam, desde o Tratado da Tríplice Aliança, delineados. O Brasil precisava resolver seus problemas de fronteiras e garantir a livre navegação do rio Paraguai. As províncias interiores, como o Mato Grosso, só se alcançavam pelo rio. Essa situação permaneceu inalterada até meados do século XX, com a interiorização do Brasil.

Por fim, Paranhos conseguiu chegar a termo na sua missão. O Paraguai passou para um triunvirato, que iniciou a transição para um Paraguai sem líderes únicos. Essa situação foi um longo caminho depois dos governos autocráticos de José de Francia, seu sobrinho Carlos Lopez e o filho deste, o marechal Solano Lopez.

A tarefa de estabelecer a paz era duríssima, pois as condições reinantes eram totalmente desfavoráveis. Embora do lado vencedor, Paranhos não deveria,

simplesmente, ditar termos aos vencidos. Isso afogaria ainda mais o orgulho paraguaio e traria, certamente, consequências fora dos interesses do Brasil. A guerra custara muito ao Império. Custara, porém, muito mais ao Paraguai.

O marechal Guilherme Xavier de Sousa

Ele era natural do Desterro, então província de Santa Catarina, hoje Florianópolis. Nasceu nessa cidade em 3 de agosto de 1818 e morreu, na mesma cidade, em 21 de dezembro de 1870. Era filho de Antônio Xavier de Sousa e da senhora Maria Caetana de Barros. Ele se casou com a senhorita Clara Angélica de Sousa. O casal não teve filhos.

O marechal e sua esposa eram abolicionistas muito antes da existência organizada da libertação dos escravos. Eles alforriaram o menino, então com quatro anos, João da Cruz e Sousa. Este recebeu esmerada educação, promovida por seus antigos donos. Cruz e Sousa se transformou em um dos ícones do Simbolismo no Brasil.

Xavier de Sousa foi deputado na Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina duas vezes (1864-1865 e 1868-1869) e presidente da Província do Rio Grande do Sul (julho e agosto de 1868). Ele pertenceu aos quadros do Partido Conservador. Em uma época em que a política dividia decisões militares e prejudicava a conduta da guerra, ser do mesmo partido do visconde, portanto, era benéfico para as ações.

O jovem Guilherme fez os estudos profissionais na Escola Militar de Desterro/SC, de 1834 a 1837. Ele decidiu seguir na carreira das armas. Galgou as patentes regulamentares de: alferes (transformada, na República, em segundo-tenente); tenente; capitão; major; tenente-coronel (1855); coronel (1861); brigadeiro (1862); e marechal de campo (1867).

Como militar, combateu na Guerra dos Farrapos/Revolução Farroupilha (1835-1845), ocorrida no Rio Grande do Sul, e na Revolução Liberal de 1842. Ao longo da vida militar, ocupou as funções de: comandante interino do 3º Batalhão de Caçadores em 1845,

efetivado em 1848; comandante da Ala Esquerda do 7º Batalhão de Caçadores em Pelotas/RS (1850); e comandante do 3º Batalhão de Infantaria (1851 a 1852).

Também foi o comandante do 10º Batalhão de Infantaria, o qual, posteriormente, passaria a levar seu nome. Foi quartel-mestre general do 10º Batalhão de Infantaria (1854); comandante do 1º Batalhão de Infantaria do Rio de Janeiro/RJ; comandante do 13º Batalhão de Depósito de Desterro/SC; comandante da 11ª Brigada de Infantaria (1862); comandante da 4ª Divisão de Exército; e comandante das armas da Província do Rio Grande do Sul (1868).

No prosseguimento de suas atividades de soldado, Guilherme Xavier de Sousa foi para fora do Brasil. Foi comandante do 1º Corpo do Exército em 1869 – participando, assim, da Guerra do Paraguai (1864-1870); e, depois, com a saída de Caxias, exerceu a função de comandante-chefe do Exército Brasileiro (1869). Exerceu essa função até a chegada do novo comandante, o Conde D’Eu.

O Marquês de Caxias, ocupando Assunção, sentiu-se mal durante a celebração de uma missa. Ele sofreu uma síncope na catedral de Assunção. O Velho Soldado percebeu que ultrapassara o limite de sua capacidade física e que necessitava, urgentemente, de repouso. Ele decidiu ouvir os conselhos médicos, passou o comando do exército para o marechal Guilherme Xavier e se retirou para Montevidéu.

O marechal, recém-alçado ao comando das tropas, tratou de reorganizá-las até a sua substituição. A tarefa era urgente porque Lopez, que jurara jamais se render, organizava um novo exército para continuar a luta. Essa tropa paraguaia não possuía a força de outrora, porém representava uma ameaça permanente à estabilidade paraguaia e adiava o fim da guerra.

Guilherme Xavier reorganizou suas forças e estabeleceu trabalhos para reparação da pequena ferrovia existente. Esta era importante para estabelecer o fluxo de suprimentos para a nova fase da campanha. Além disso, estabeleceu uma ligação telegráfica que facilitou as comunicações das tropas. Assunção e Yuquyry passaram a possuir, portanto, uma ligação ferroviária e telegráfica.

O marechal fechou o hospital de Humaitá e manteve o de Assunção. Deslocara a vanguarda de sua tropa, o 1º Corpo de Exército, para Luque. Nesse local, passou a ficar o comando em chefe. Em abril, o 2º Corpo vai se juntar ao 1º Corpo nessa localidade. Este, deixando Luque, marchou para Lambaré, entre Yuquyry e Luque. O coronel Hermes da Fonseca, que depois foi presidente do Brasil, ficou com uma guarnição militar em Assunção.

Nesse mesmo mês, o genro de Dom Pedro, marido da princesa Isabel, chegou a Assunção. Este possuía experiência de guerra: lutara no Marrocos. O príncipe também frequentara uma Academia Militar em Segóvia, na Espanha, que ocupava um antigo castelo e sofrera um incêndio pouco tempo depois que o Conde D'Eu saíra de lá. Hoje funciona um arquivo em suas antigas instalações.

O genro de Dom Pedro II fora nomeado por um decreto de março, mês anterior à sua chegada a Assunção. Passara a comandante de todas as forças contra o governo do Paraguai, ou seja, contra Solano Lopez. Dois dias após sua chegada, deslocou-se para Luque para assumir sua nova função. Guilherme de Sousa, então, passou a comandante do 1º Corpo de Exército, interinamente, aguardando a chegada do marechal Osório.

O marechal Guilherme Xavier atuou, como comandante interino, com presteza e iniciativa para a continuação da guerra. Assunção, como o restante do país, estava um caos por causa das agruras da campanha. As dificuldades de liderar uma tropa cansada por anos em um conflito cruel e sangrento não era tarefa para qualquer um. O marechal soube se desincumbir de suas tarefas e entregar uma tropa em condições de seguir Gastão de Orleans.

Considerações finais


Os pensadores apresentados neste trabalho mostraram subsídios importantes para lidar tanto com a guerra quanto com a paz. Não chegando ao limite de

Churchill, que acreditava que a paz era o intervalo entre duas guerras, os três estabeleceram ideias para subsidiar a decisão dos governantes séculos à frente de seu tempo. Os ensinamentos eram válidos e perduraram muito além da morte de Sun Tzu, Maquiavel e Clausewitz.

As atitudes do Visconde do Rio Branco corroboraram com os ensinamentos dos pensadores. Ele era um profissional experimentado, com prática em lidar com as nações envolvidas no conflito. Suas ações precedentes, na região do rio da Prata, foram decisivas para nortear sua conduta na capital paraguaia. Graças a isso, conseguiu fazer a paz.

O marechal Guilherme Xavier, militar experimentado nas lutas internas e veterano da guerra contra o governo do Paraguai, estava no momento e lugar certos para preparar a tropa para a guerra. Lopez, conforme prometera, veio a morrer ao se recusar a cair prisioneiro dos brasileiros. O período entre a chegada a Assunção e o início da Campanha das Cordilheiras precisava de um organizador capaz. O marechal mostrou ser essa pessoa.

As ações pela paz, de Paranhos, e a preparação da continuidade da guerra, por Guilherme Xavier, comprovaram as premissas estabelecidas pelos três pensadores e tiveram sua aplicação no Paraguai. A paz, por meio do estabelecimento do triunvirato e da assinatura dos tratados de paz, selou a continuação da governabilidade. As medidas para a guerra, nas atitudes tomadas pelo Marechal do Desterro, causaram o fim do governo de Lopez.

Este trabalho, portanto, leva à conclusão de que o estudo dos grandes pensadores da política e da guerra mereceram, e continuarão a merecer, muito crédito. Os sucessos do futuro também se farão ao se sustentar nas lições do passado. Por isso, Sun Tzu, Maquiavel e Clausewitz merecem a continuidade de suas leituras para melhorar o processo de decisão de diplomatas e generais. 

Referências

ASSEMBLEIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Guilherme Xavier de Sousa**. Disponível em: http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/355-Guilherme_Xavier_de_Sousa. Acesso em 2020.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Relatório do Ano de 1869 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 2ª Sessão da 14ª Legislatura pelo Ministro de Estado Barão de Cotegepe**. Rio de Janeiro. Tipografia Universal de E & H Lemmertz, 1870.

CARDOSO, Alberto Mendes. **Os Treze Momentos**: Análise da Obra de Sun Tzu. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1987.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. 3. ed. São Paulo. Editora Martins Fontes, 2010.

FRAGOSO, General Augusto Tasso. **A Paz com o Paraguai depois da Guerra da Tríplice Aliança**. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1941.

FRAGOSO, General Augusto Tasso. **História da Guerra Entre a Tríplice Aliança e o Paraguai**. Volume IV. 2. ed. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército Editora, 1959.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO (FUNAG). Centro de História e Documentação Diplomática. **José Maria da Silva Paranhos**. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/chdd/index.php/personalidades-historicas?id=131>. Acesso em 2020.

MAQUIAVEL, Nicolau. **A Arte da Guerra**. São Paulo. Editora Hedra, 2013.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**: Comentários de Napoleão Bonaparte. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército Editora, 1998.

SCHNEIDER, Luiz. **A guerra da Tríplice Aliança contra o governo da República do Paraguai (1864-1870)**. Rio de Janeiro. Tipografia Americana, 1875.

TZU, Sun. **A Arte da Guerra**. 2. ed. Rio de Janeiro. Editora Record, 1983.

TZU, Sun. **A Arte da Guerra**. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército Editora, 2003.

WHIGHAM, Thomas. **Silva Paranhos e as origens de um Paraguai Pós-López (1869)**. Em: Diálogos (Maringá. Online), v. 19, n.3, p. 1.085-1.119, setembro-dezembro de 2015.

Mulheres enfermeiras na Segunda Guerra Mundial: protagonistas de seu destino

*Daniel Mata Roque**
*Margarida Rocha Bernardes***



Figura 1 – Enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira (FEB) posam em ambulância alemã capturada na Itália. Da esquerda para a direita: Helena Ramos, Altamira Pereira Valadares e Virgínia Portocarrero

Fonte: Acervo Margarida Bernardes

Introdução

Relevantes reflexões sobre o que é ser mulher foram feitas pela escritora francesa do século XX, Simone de Beauvoir (1908-1986). A autora afirma ter hesitado muito tempo para escrever um

livro sobre a condição de ser mulher. Como ponto de partida, Beauvoir destaca a dificuldade inicial inerente à própria declaração de ser uma mulher¹.

No século XVIII, Rousseau afirmava que “as meninas devem ser refreadas desde cedo”. A elas era destinado, como papel principal, o amor a Deus em ação pela caridade. Quem a praticava, junto com caráter forte e alma purificada, garantia seu lugar no céu.

Beauvoir vai mais longe em seus estudos, citando um dos principais filósofos gregos, Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.), em sua afirmação: “A fêmea é fêmea em virtude de certa carência de qualidades e devemos considerar o caráter das mulheres como sofrendo de certa deficiência natural”. Nesses termos, a humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele. Ela não é considerada um ser autônomo, e sim um ser relativo.

Para a historiadora e professora francesa do século XX, Michelle Perrot² (nascida em 1928), “o discurso sobre as mulheres contrasta com a ausência de informações precisas e circunstanciadas sobre elas”³. A pesquisa feminina recente contribuiu para a reavaliação do poder das mulheres. Para superarem o discurso da opressão, subvertendo o ponto de vista da subserviência, as mulheres mostraram presença, ações, plenitude de papéis, e até mesmo a coerência de sua cultura e a existência de seus poderes.

*Cineasta e memorialista. Mestre em História (PPGH-UNIVERSO). Diretor da Pátria Filmes. Associado do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB) e 2º vice-presidente da Associação Nacional dos Veteranos da FEB (ANVFEB). Pesquisador Associado do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEEx).

**Bióloga e enfermeira. Doutora em Enfermagem (UERJ). Pós-Doutora em Biociências (UNIRIO). Professora do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra (ESG/MD). Membro da Academia Brasileira de História da Enfermagem (ABRADHENF) e da Academia Brasileira de Medicina Militar (ABMM). Pesquisadora Associada do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEEx).

Ressaltamos que a mulher, no recorte temporal da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), estava inserida na sociedade em um papel secundário, totalmente voltada para o âmbito familiar. Para que a mulher saísse daquelas fronteiras, tão bem delimitadas, o caminho profissional feminino aceitável era a porta do magistério, especialmente o primário, ou o cuidado em saúde.

No cenário de um Brasil ainda provinciano, surgiu um grupamento de mulheres anônimas, fora do padrão delineado pela sociedade da época, com o ideal de seguir para a guerra em defesa de seu país. Isso nos leva a pensar que, em muitas ocasiões históricas, o injustamente denominado “anônimo” se refere quase sempre à mulher. A falta de documentos sobre o trabalho desenvolvido por elas reforça esse anonimato. A lembrança de sua existência começa com a ameaça da segurança e da doença, identificando-as como cuidadoras, papel historicamente atribuído àquela que se dedica a prover, além da atenção e afeto, conforto e demais ações que possibilitem o bem-estar, a restauração do corpo e da dignidade.

Os primeiros registros encontrados e documentados cientificamente sobre o cuidado apresentam mulheres que desenvolviam uma atividade básica, por meio de conhecimentos empíricos das práticas de saúde. Nesse sentido, as doenças e transtornos eram tratados de diferentes formas, dependendo da cultura, religião e civilização. Esses três veículos de poder e de política foram sendo incorporados de forma inconsciente na construção de um saber.

Os primeiros relatos, por sua vez, podem ser encontrados em manuais de origem religiosa, abordando itens relacionados às condutas morais, bem como os cuidados realizados aos enfermos à época. Para Perrot⁴, os cuidados com o corpo do doente se colocaram como um nicho de emprego para o universo feminino, confiado inicialmente às religiosas dos hospitais e asilos.

Cuidar de enfermos se converte em vocação sagrada, a ser praticada por cristãs. Isso significa dizer que o cuidado é culturalmente mais conectado a sentimentos como afeto e religião do que propriamente às instituições hospitalares. Essa foi uma das formas encontradas

pelas mulheres para saírem do silêncio e conseguirem visibilidade externa aos lares.

Nossas pesquisas vêm se orientando a partir dessa historiografia. Estão centradas na trajetória das mulheres enfermeiras militares no Brasil da década de 1940, década que viu emergir sua presença e sua voz em locais que lhes eram até então proibidos, ou pouco familiares.

Brasileiras em guerra

Relembrando o passado, vamos lançar nossas luzes sobre um episódio emblemático: a Segunda Guerra Mundial e a participação das nossas mulheres brasileiras com a assistência de enfermagem prestada no decorrer desse evento. Como relevante pano de fundo dessa rememoração está o quase total desaparecimento das últimas gerações de brasileiros que efetivamente viveram e lutaram no tempo dos horrores desse conflito mundial, eternizados na figura dos pracinhas e das enfermeiras (das 73 enfermeiras militares pioneiras do Brasil, hoje há somente uma viva: capitã Virgínia Portocarrero, aos 104 anos).

Emergem alguns questionamentos quando se analisa a inserção das profissionais de saúde no corpo de enfermagem da Força Expedicionária Brasileira, criada especificamente para esse recorte histórico: como e por que chegamos à guerra? Quem seriam essas enfermeiras? Quem foram as primeiras a contar essa história? Quem efetivamente viveu essa ação?

Em 1º de setembro de 1939, inicia-se, oficialmente, aquele que viria a ser o maior conflito armado da história, com até então impensáveis números de combatentes envolvidos, de armamentos poderosos, de novas tecnologias, de vítimas. A invasão da Polônia pela Alemanha, apoiada pela Itália, provoca declarações de guerra da França e da Inglaterra. O Japão, que já havia invadido a China, adere aos expansionistas europeus e forma-se o Eixo. A União Soviética assina um pacto de não agressão com a Alemanha, mas seria invadida por

esta em 1941. Todo o continente americano, capitaneado pelos Estados Unidos da América (EUA), manteve inicialmente a neutralidade.

Em 7 de dezembro de 1941, a base naval americana de Pearl Harbor é atacada de surpresa por tropas japonesas. Os EUA declaram guerra aos países do Eixo, no que são seguidos, aos poucos, pelos demais países americanos. O Brasil rompeu relações diplomáticas com Alemanha e Itália em 28 de janeiro de 1942⁵. Após o rompimento diplomático, submarinos do Eixo passaram a afundar navios brasileiros por toda a costa, invadindo nossas águas nacionais. Em agosto, após seis navios afundados em apenas uma semana, imensa pressão popular tomou as ruas do país, exigindo resposta militar. O estado de guerra foi reconhecido em 22 de agosto de 1942.

Respondendo à agressão, o Brasil criou, em 9 de agosto de 1943, a Força Expedicionária Brasileira (FEB), enviada em 1944 para lutar contra os nazifascistas na Itália. A FEB contou com mais de 25.000 combatentes, entre militares e civis voluntários ou convocados, e foi comandada pelo general de divisão João Baptista Mascarenhas de Moraes. A tropa brasileira atuou subordinada ao comando do V Exército Norte-Americano, no Teatro de Operações do Mediterrâneo. Do esforço de guerra, também participou ativamente a então recém-criada Força Aérea Brasileira (FAB), com o 1º Grupo de Aviação de Caça, enviando cerca de 500 militares, entre pilotos, técnicos e especialistas, para atuarem na Itália. No Brasil, a Marinha de Guerra teve a responsabilidade de proteger a costa (junto com a Defesa de Costa, composta de Exército e Força Aérea) e de realizar comboios dos navios mercantes nacionais até o Caribe e a Europa.

Destacou-se a atuação fundamental do Serviço de Saúde, em muitos casos (re)organizado mesmo pelas necessidades da guerra. O cuidado de guerra é integrante indissociável de qualquer narrativa bélica e extrapola os limites e a temporalidade do próprio conflito, em que o pessoal de saúde combate amparado apenas pela cruz vermelha bordada em sua farda e luta, em aparente contrassenso, para salvar vidas amigas e inimigas.



Figura 2 – Ao centro, sentada e de óculos escuros, a enfermeira Juracy França Xavier, em visita ao pessoal do 1º Grupo de Artilharia, na região de Riola

Fonte: Acervo do Centro de Documentação da II Guerra Mundial – Capitão Altamira Pereira Valadares

O Serviço de Saúde da FEB, comandando pelo coronel médico Emmanuel Marques Porto, reuniu cerca de 1.369 componentes, dentre médicos, dentistas, enfermeiros, farmacêuticos e padioleiros, com as mais diversas especialidades e patentes⁵. O 1º Batalhão de Saúde, sua estrutura operativa central, foi criado somente em 1944, já expressamente para compor a Força Expedicionária Brasileira. Além do batalhão, o Serviço de Saúde incluiu ainda os Destacamentos Regimentais (inseridos nos regimentos de infantaria, nos grupos de artilharia e nos batalhões especiais), o Posto Avançado de Neuropsiquiatria e a Seção Brasileira de Hospitalização, anexa aos hospitais de sangue norte-americanos

(onde atuaram todo o tempo as oficiais enfermeiras, espalhadas em diversos hospitais com variadas distâncias do *front*).

A ideia inicial era o envio de tropa exclusivamente masculina, entretanto as enfermeiras norte-americanas, muito cansadas e já há três anos em guerra, “exigiram” o engajamento de mulheres enfermeiras na FEB para atender à tropa brasileira. Dessa forma, foi feita a inserção feminina no campo militar nacional, e as brasileiras, até então basicamente circunscritas ao meio familiar, protegido e limitado, se prepararam para enfrentar um mundo heterogêneo e caótico, convivendo com militares e mulheres estrangeiras. As enfermeiras norte-americanas já possuíam o *habitus* militar incorporado e um capital cultural institucionalizado, além de já estarem ajustadas às rotinas hospitalares desenvolvidas no *front*, com maior poder de decisão e segurança do que as enfermeiras brasileiras, que partiram de forma ousada para enfrentar um universo novo e quase desconhecido. O Exército Norte-Americano, de certa forma, impôs ao Exército Brasileiro uma conduta de acréscimo de recurso humano específico para, dentro do seu modelo, melhor servir aos seus objetivos.

Figura 3 – Enfermeira Maria José Vassimon de Freitas, que atuou no Transporte Aéreo de Evacuação de Feridos
Fonte: Acervo do Centro de Documentação da II Guerra Mundial – Capitão Altamira Pereira Valadares



Constituição e formação profissional

O jornal *O Globo* publicou uma chamada pública para o voluntariado feminino em 9 de outubro de 1943, sendo feita a seleção das candidatas que se apresentaram. As mulheres precisavam atender a alguns requisitos básicos: serem brasileiras natas, solteiras ou viúvas, faixa etária entre 22 e 45 anos e terem um diploma de enfermagem, sem distinção de categoria ou duração do curso.

Até o advento da República no Brasil, a enfermagem era exercida basicamente por freiras e irmãs de caridade ligadas a instituições católicas, auxiliadas por enfermeiros leigos e ex-escravos⁷. A profissionalização e a laicização da profissão, nos primeiros anos do século XX, ainda mantiveram a caracterização da enfermagem como “profissão feminina, graças à predominância de mulheres e à natureza do trabalho por elas realizado”⁸, já que a prática desse cuidado ainda era vista como subordinada aos médicos (quase exclusivamente homens), “implicando a necessidade de atributos que não se enquadravam na ordem dos conhecimentos técnicos e científicos, mas nas qualidades intrínsecas à natureza feminina”⁹.

O ensino secundário para a educação das mulheres era, ainda, ministrado por escolas privadas católicas, favorecendo os princípios morais e religiosos em detrimento da transmissão de conhecimento científico. Essa situação se modificou com o entendimento, por parte do Estado, de que a mulher era uma força de trabalho necessária. Partindo-se desse princípio, sua função deveria ser redefinida, com ela saindo de suas funções então voltadas exclusivamente para as atividades do lar, de modo a ampliar seus horizontes de atuação ao receber treinamento e educação.

Dessa forma, o Brasil dos anos 1920/1930 vivificava ainda a disputa surgida no século anterior entre dois modelos de formação profissional em enfermagem: Nightingale e Bourneville.

A estatística britânica e fundadora da enfermagem moderna do século XIX, Florence Nightingale (1820-1910), organizou os serviços de enfermagem para os exércitos em combate na Guerra da Crimeia (1853-

1856), conflito que fez nascer uma mudança revolucionária nos procedimentos de enfermagem. A enfermagem à inglesa apelou para a classe média e baseou-se na qualificação. O processo de admissão e a disciplina eram severos. Era preciso promover uma formação e obter diplomas, necessários a um reconhecimento profissional e a melhores salários, passando, dessa forma, do serviço doméstico a uma profissão definida, aliando conhecimento de médicos e saberes sobre o corpo. O modelo de Florence deu origem à Escola de Enfermagem de Bordeaux.

Em sentido oposto, o médico neurologista francês Désiré-Magloire Bourneville (1840-1909), contemporâneo de Florence, optou pelo modelo das serventes pouco qualificadas, auxiliares dos médicos, trazendo leigas em substituição à exclusividade de atuação das irmãs religiosas. Mal pagas e pouco instruídas, moças solteiras eram obrigadas a ficar em alojamentos do hospital sob vigilância. Muitas jovens bretãs se empregaram, preferindo trabalhar em hospitais em vez de em casas de família. O modelo de comportamento das freiras, no entanto, ainda pesou sobre elas: Bourneville desenvolveu o seu ensino de enfermagem com um modelo submisso ao médico, de inspiração religiosa católica, sem formação técnica especializada.

No Brasil, apenas em 1922, após o início da Missão de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento da Enfermagem, conhecida como Missão Parsons, composta por enfermeiras sanitaristas norte-americanas e financiada pela Fundação Rockefeller, seria criada uma

escola de enfermagem brasileira organizada e dirigida por enfermeiras [inicialmente norte-americanas], com seu quadro de pessoal de ensino constituído, na maioria, por enfermeiras [mulheres].¹⁰

Primeiramente chamada de Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública (com a profissão flexionada no feminino, vale destacar), seria renomeada em 1926 como Escola de Enfermeiras Dona Anna Nery, “adotando como patrona a figura de uma heroína de guerra que encarnava, ao mesmo tempo, os ideais religiosos e patrióticos”¹¹. A instituição centenária mantém-se hoje como Escola de Enfermagem Anna

Nery (não mais com a profissão no feminino), integrada à Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A escola adotou o modelo Florence e assumiu a formação técnica das profissionais de enfermagem, seguindo todos os padrões norte-americanos (foi dirigida por enfermeiras norte-americanas nos primeiros nove anos). O curso, com três anos de duração, era voltado exclusivamente para mulheres, preferencialmente integrantes de “boas famílias” da sociedade carioca, que deveriam ser “solteiras, de boa aparência (o que incluía a ausência de estigmas raciais), instruídas, de modos educados e capazes de obter cartas de recomendação de homens bem colocados na hierarquia social [...]”¹².

Essas novas profissionais viveram o Brasil das décadas de 1920 e 1930, quando a luta feminina ganhou força com o movimento das sufragistas, que conseguiram o direito ao voto em 1932, e passaram a reforçar a necessidade de aproveitar a força da mulher no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, houve uma redefinição quanto aos papéis que competiam à Igreja e aqueles que cabiam ao Estado. O ensino no Brasil foi se tornando leigo, o que veio a ampliar a rede pública de escolas primárias mistas, impulsionando a educação feminina. A Constituição brasileira de 16 de julho de 1934 instituiu, no artigo 149, a “educação como direito de todos”, portanto homens e mulheres. Pode-se compreender as políticas públicas de educação da Era Vargas (1930-1945), considerando que foram parte de um conjunto de políticas sociais voltadas para a reorganização do trabalho, da família, da educação e da saúde. Possivelmente, a partir dessa determinação, foi que se concretizou o processo de educação feminina formal.

Nesse contexto, em 1931, por um decreto do presidente Getúlio Vargas, a Escola Anna Nery foi reconhecida como escola padrão, estatuto oficial e simbólico que ainda mantinha quando o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial. Tratava-se, portanto, da elite acadêmica e profissional da enfermagem nacional. Assim, a consolidação do que se nomeia “padrão Anna Nery” refere-se a um conjunto de normas e regras que combinava ciência, arte, poder disciplinar, ideologia e poder estatal, para a reprodução de um arquétipo profissional extremamente útil à implantação de uma nova

ordem sanitária pelo Estado brasileiro, emanado a partir da cidade do Rio de Janeiro¹³.

A proporção de enfermeiras profissionais, chamadas “diplomadas”, no efetivo da FEB durante a guerra, no entanto, seria de apenas 6% (4 enfermeiras, sendo 3 da Escola Anna Nery e 1 da Escola Alfredo Pinto). A maioria das enfermeiras formou-se em cursos mais curtos, muitas já especificamente para o voluntariado militar: 30% (20) samaritanas (duração de 1 ano) e 51% (34) voluntárias socorristas (duração de 3 meses), ambos cursos da Cruz Vermelha Brasileira, além de mais algumas poucas enfermeiras práticas e de uma parteira¹⁴. Essas enfermeiras eram oriundas de diferentes estados brasileiros e das mais diversas camadas sociais, desde filhas de grandes empresários, militares, políticos, juízes e médicos, até moças simples do interior do Brasil.

Muito embora carregassem bagagens acadêmicas, formação e experiência muito diversas, sendo ainda um grupo bastante heterogêneo quanto à condição e origem econômica, muitas enfermeiras compartilhavam o passado militar no sangue: eram filhas, netas ou sobrinhas de generais e almirantes brasileiros, de alguma forma ligadas à vida militar, com parentes ou amigos na FEB. Algumas descendiam de heróis da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), como foi o caso das enfermeiras Aracy Arnaud Sampaio, Lúcia Osório e Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero¹⁵.



Figura 4 – Enfermeira Virgínia Portocarrero é vacinada, nos preparativos do embarque para a guerra. Atrás, na sequência, as enfermeiras Maria Luiza Henry e Juracy França Xavier

Fonte: Acervo do Centro de Documentação da II Guerra Mundial – Capitão Altamira Pereira Valadares

Para adequar as diferentes formações e adaptar as moças à vida militar, foi criado o Curso de Emergência de Enfermeiras da Reserva do Exército (CEERE), que comportou três módulos: parte teórica, preparação física e instrução militar. O treinamento oferecido foi uma estratégia criada para homogeneizar o desempenho das candidatas, que absorveram o *habitus* militar e se prepararam para o enfrentamento das ocorrências no *front* italiano. De forma rápida e improvisada, essas mulheres se prepararam para uma guerra mundial em um cenário estrangeiro, empreendendo esforços significativos para se adaptarem a uma força armada eminentemente masculina. As novas enfermeiras militares foram incluídas no Quadro de Enfermeiras de Emergência da Reserva do Exército (QEERE), criado pelo Decreto-Lei nº 6.097, de 13 de dezembro de 1943, incorporadas formalmente ao Exército Brasileiro em um total de 67 profissionais, sendo 61 hospitalares e 6 no transporte aéreo. No mesmo voluntariado, mas em situação administrativa diferente, foram incluídas na Força Aérea Brasileira (FAB) outras 6 enfermeiras (essas todas diplomadas pela Escola Anna Nery)¹⁶.

Inicialmente classificadas como *enfermeiras de 3ª classe do círculo de oficiais subalternos*, posto criado na ocasião e sem correspondência hierárquica, foram “arvoradas” tenentes-enfermeiras apenas quando já no teatro de operações, por ato do general Mascarenhas de Moraes, embora se mantivesse uma distinção fundamental: promovidas a oficiais, seguiam recebendo os vencimentos de sargento¹⁷.

Transposta essa, novas barreiras surgiram no complexo processo de mútua adaptação dessas mulheres a um universo militar historicamente masculino. A Segunda Guerra Mundial recolocaria dramaticamente cada um em seu lugar, traçando o efeito das guerras sobre as relações entre os sexos, na maioria das vezes com um caráter conservador e retrógrado. O apelo patriótico da década de 1940 era, ao mesmo tempo, romântico e assustador.

Atuação das enfermeiras no front italiano

As enfermeiras brasileiras atuaram nos hospitais militares dirigidos pelos profissionais de saúde norte-americanos, na retaguarda do *front*. A proximidade com a linha de fogo se transformava de acordo com o tipo de hospital (estacionamento, campanha, evacuação). Isso não as livrou dos riscos da guerra, já que as áreas hospitalares também foram atingidas por bombardeios, incêndios, alagamentos e explosões de minas, com algumas sofrendo graves ferimentos em serviço. Desse grupamento de 67 enfermeiras da FEB, 13,46% (9) adoeceram ou se feriram com gravidade e foram evacuadas, de volta para o Brasil ou para tratamento mais sofisticado nos Estados Unidos da América¹⁸. A jornada de guerreiras cobrou o seu preço. Nos primeiros anos após a guerra, 12 enfermeiras foram reformadas (aposentadoria militar com vencimentos) em virtude de incapacidades físicas, ou mesmo psicológicas, decorrentes da vivência bélica.



Figura 5 – Enfermeira Jacyra de Souza Góes junto a uma barraca hospitalar coberta de neve na região de Poggio, em janeiro de 1945
Fonte: Acervo do Centro de Documentação da II Guerra Mundial – Capitão Altamira Pereira Valadares

Alguns casos são exemplares. A enfermeira Elza Cansanção Medeiros sofreu um acidente no 7º Station Hospital, em Livorno, na noite de 23 de dezembro de 1944. Ao percorrer o trajeto do hospital para sua baraca, sem lanterna, teve início um alarme de ataque aéreo. Correu para um jipe americano, onde seus ocupantes procuravam abrigar-se sob o veículo. Ao desviar da rota que sempre seguia, no escuro, caiu em uma cratera aberta pela explosão de uma granada, fissurando uma perna e causando uma lesão na coluna.

Um dos casos mais graves ocorreu com a enfermeira Graziela Affonso de Carvalho, que “escorregou em uma tábua que servia de ponte, bateu com a cabeça no chão e ‘rachou’ a coluna”¹⁹. Após o acidente, Graziela passou meses internada no Hospital Central do Exército (HCE), no Rio de Janeiro, assim como a colega Guilhermina Rodrigues Gomes, que, atingida pela onda de choque de uma explosão, também fraturou a coluna e ficou “semiparalítica”²⁰. As duas, incapacitadas permanentemente, foram as primeiras enfermeiras a conseguirem a reforma militar, em 1946.



Figura 6 – Enfermeira Guilhermina Rodrigues Gomes internada no Hospital Central do Exército (HCE), no Rio de Janeiro, após ferimento grave na Itália

Fonte: Acervo do Centro de Documentação da II Guerra Mundial – Capitão Altamira Pereira Valadares

Graziela foi a primeira enfermeira da FEB agraciada com a Medalha de Campanha, em maio de 1945, recebendo-a no HCE das mãos do presidente da República, Getúlio Vargas, e foi também a primeira enfermeira da FEB a falecer, em 27 de junho de 1962²¹. Nem todas as sequelas eram externas: a enfermeira Altamira Pereira Valadares foi reformada em 1949, tendo sido considerada “definitivamente incapaz para o serviço” após o diagnóstico de “psiconeurose de guerra”²².

O trabalho do Serviço de Saúde foi grande, o movimento nos hospitais foi intenso, atendendo a quase metade da tropa brasileira, incluindo feridos de guerra, doentes, acidentados e combatentes que trouxeram problemas pré-existentes de vários tipos, como doenças tropicais, problemas dentários e doenças sexualmente transmissíveis.

O movimento de brasileiros pela linha de atendimento hospitalar, durante os onze meses de permanência em ação, [foi intenso, totalizando] 10.776 pacientes [entre doentes e feridos]. É preciso ressaltar que foram para a Itália 25.334 brasileiros [na FEB, e mais cerca de 500 na FAB]. [...] Apenas 49 pacientes brasileiros faleceram nos hospitais.²³

É preciso destacar, ainda, que os profissionais brasileiros, de igual forma, “atenderam indistintamente brasileiros, americanos, ingleses, alemães e italianos.”²⁴ Em abril de 1945, já no apagar das luzes da guerra na Europa, quando se rendeu à FEB a 148ª Divisão de Infantaria Alemã, conjuminada com outras tropas nazifascistas, em efetivo de quase 15.000 combatentes inimigos, foram entregues ao nosso Batalhão de Saúde centenas de feridos do Eixo, que foram tratados com humanidade por nossos médicos e enfermeiros.

Vale destacar que, no espaço físico da Itália, as alianças de parceria e amizade feitas pelas enfermeiras brasileiras e norte-americanas trouxeram como consequência o fortalecimento das nossas ações para impressionar e impor o modo brasileiro de fazer enfermagem. A primeira concessão das enfermeiras norte-americanas para as brasileiras foi para que estas usassem os uniformes de serviço norte-americano, sendo que a passeio usariam o verde-oliva brasileiro. Foi uma solu-

ção conciliadora, encontrada diante da inadequação do uniforme brasileiro frente ao frio italiano e sua falta de praticidade para o dia a dia do serviço hospitalar.



Figura 7 – Enfermeira Helena Ramos, ministrando medicamentos ao soldado Carlos Xavier no 38º Evacuation Hospital, na região de Pisa, em outubro de 1944

Fonte: Acervo do Centro de Documentação da II Guerra Mundial – Capitão Altamira Pereira Valadares

O que representou a participação feminina brasileira na Segunda Guerra Mundial

Ficou claro que, de uma hora para outra, no império da guerra, as moças brasileiras foram selecionadas e rapidamente preparadas para atuarem no maior conflito armado já visto, embarcando para um país distante, desconhecido para quase a totalidade delas, sendo obrigadas a absorver, além de outras culturas, novas tecnologias para desenvolver o trabalho profissional de enfermagem, atuando com equipes norte-americanas altamente preparadas e organizadas para esse tipo de enfrentamento, tudo isso em tempo recorde. Foi um

marco que abriu um espaço no campo profissional para a mulher brasileira.


A incorporação do *habitus* militar também se incluiu na luta, já que diversos e exaustivos foram os treinamentos nos cursos preparatórios, de aspectos teórico, prático e físico, nos quais a obediência foi uma estratégia de luta e exigência desse *habitus*. Elas se submeteram porque foram inculcadas para obedecerem aos superiores, e os efeitos dessa incorporação resultaram nas estratégias de lutas que asseguraram sua inserção na guerra. Essas estratégias tiveram a função de fortalecer o sentimento de unidade interna do grupo mediante a homogeneização de atitudes e gestos. Ainda antes da luta, para se imporem como as mulheres militares que passaram a ser, tiveram que enfrentar as próprias famílias e a sociedade.

Conclusão

Michelle Perrot afirma em seus escritos que procuramos os vestígios das mulheres nos arquivos. Cabe igualmente procurá-los em suas palavras, examinando materiais impressos, analisando fontes sérias e idôneas e investigando nas bibliotecas para ouvir suas vozes. É preciso abrir não somente os livros que falam a seu respeito, mas também os romances que contam sobre elas, a imaginá-las e a desvendá-las em sua essência. É necessário se aprofundar naquilo que escreveram, consultando a literatura com seus escritos desde o século XVIII, transpondo com elas os obstáculos que percorreram durante tanto tempo e que se colocaram como fator impeditivo de seu acesso à escrita, fronteira proibida do saber e da criação. Perrot se pergunta quais seriam os caminhos percorridos pelas primeiras mulheres que escrevem²⁵. De início, responde ela, a religião e o imaginário: as vias místicas e literárias na oração, bem como a meditação, a poesia e o romance. Acredita que as mulheres não têm memória na história porque não foram preservados documentos sobre as trajetórias que seguiram.

Isso ficou comprovado de forma surpreendente quando, em 2007, foi entregue à custódia da FIOCRUZ o *Diário da II Guerra Mundial*, escrito pela capitã enfermeira Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero, e verificou-se que não existiam até então registros femininos incorporados ao acervo da Casa de Oswaldo Cruz²⁶.

A sociedade brasileira da época não mediu críticas a essas moças que deixaram seus lares e o cotidiano pessoal para se inserirem na FEB, um universo eminentemente masculino. Esse dado de realidade nos permite

compreender que as possibilidades atuais surgiram a partir do *habitus* e da luta empreendida no passado, quando essas pioneiras demonstraram disposição para se ajustarem ao universo militar e abriram possibilidades para a entrada futura de mulheres nas Forças Armadas em uma carreira regular. Essa trajetória acabou por mudar fundamentalmente o destino da profissão de enfermagem e o destino político do nosso país. 

Referências

AMBROSE, S. E. **Soldados cidadãos**: do desembarque do exército americano nas praias da Normandia à batalha das Ardenas e a rendição da Alemanha, 7 de junho de 1944 a 7 de maio de 1945. Tradução Milton Chaves de Almeida. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

BERNARDES, Margarida Maria Rocha. **O Grupamento Feminino de Enfermagem do Exército na Força Expedicionária Brasileira durante a Segunda Guerra Mundial**. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2003.

BERNARDES, Margarida Maria Rocha; OLIVEIRA, Alexandre Barbosa de. **Enfermeiras brasileiras na Segunda Guerra Mundial**. In: GONZÁLEZ, José Siles; OGUISSO, Taka; FREITAS, Genival Fernandes de. (orgs). *Enfermagem: história, cultura dos cuidados e métodos*. Rio de Janeiro: Águia Dourada, 2016.

BERNARDES, Margarida Maria Rocha et al. **Uma enfermeira da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial**: Fundo Virgínia Portocarrero da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* [online]. 2022, v. 29, n. 2. p. 531-550.

BOURDIEU, Pierre. **Livre troca: diálogos entre ciência e arte**. Apresentação de Inês Champey. Tradução Paulo Cesar da Costa Gomes. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos 2: por um movimento social europeu**. Trad. André Telles, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001b.

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior. **Estatuto dos militares**: Lei nº 6.880. Brasília: EGGCF, 1997.

CAMERINO, Olímpia de Araújo. **A Mulher Brasileira na Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Capemi, 1983.

HELLER, A. **Sociologia de la vida cotidiana**. Traducción de J.F. Yvars y E. Pérez Nadal. Barcelona, Espanha: Nova GráfiK S/A, 1991.

MEDEIROS, Elza Cansanção. **E foi assim que a cobra fumou**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1987.

MEDEIROS, Elza Cansanção. **Eu estava lá**. Rio de Janeiro: Ágora da Ilha, 2001.

MOTTA & SILVA, GLN. Tomo 6. In: MOTTA, AM. **História oral do Exército na Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

OLIVEIRA, Alexandre Barbosa de. **Enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira no front do pós-guerra**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

PADILHA, Maria Itayra; BORENSTEIN, Miriam Süsskind; SANTOS, Iraci dos. **Enfermagem**: história de uma profissão. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2011.

PERROT, Michele. **Minha história das mulheres**. São Paulo, 2016.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. 11. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2017.

RIGONI, Carmen Lúcia. **Diários de Guerra nº 1 – Anjos de Branco**: o Serviço de Saúde da FEB na Itália salvando vidas (1944-1945). Curitiba, PR: Editora Progressiva, 2010.

ROQUE, Daniel Mata (org.). **A Veterana**: perfil biográfico da 2ª Tenente Helena Ramos, enfermeira da Força Expedicionária Brasileira durante a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: AHIMTB, 2019.

ROQUE, Daniel Mata; BERNARDES, Margarida Maria Rocha; OLIVEIRA, Alexandre Barbosa de; BLAJBERG, Israel (orgs.). **Práticas e representações fotográficas do Serviço de Saúde brasileiro na II Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: AHIMTB, 2019.

SILVEIRA, Joaquim Xavier da. **A FEB por um soldado**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2000.

VALADARES, Altamira Pereira. **Álbum Biográfico das Febianas**. Pesquisa da II Grande Guerra Mundial (Batatais/São Paulo). Rio de Janeiro: Mauro Familiar, 1976.

Notas

¹ BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

² PERROT, Michelle. Minha história das mulheres. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

³ Ibid. p. 179.

⁴ Ibid.

⁵ MEDEIROS, Elza Cansanção. E foi assim que a cobra fumou. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1987. p. 18.

⁶ RIGONI, Carmen Lúcia. Diários de Guerra nº 1 – Anjos de Branco: o Serviço de Saúde da FEB na Itália salvando vidas (1944-1945). Curitiba, PR: Editora Progressiva, 2010. p. 57.

⁷ BARREIRA, Ieda de Alencar; et al. Primeira República: a implantação da enfermagem laica e seus desdobramentos (1889-1930). in

PADILHA, Maria Itayra; BORENSTEIN, Miriam Süsskind; SANTOS, Iraci dos. *Enfermagem: história de uma profissão*. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2011. p. 220.

⁸ Ibid. p. 224.

⁹ Ibid.

¹⁰ Ibid. p. 230.

¹¹ Ibid. p. 233.

¹² Ibid. p. 231.

¹³ Ibid. p. 239.

¹⁴ BERNARDES, Margarida Maria Rocha. *O Grupamento Feminino de Enfermagem do Exército na Força Expedicionária Brasileira durante a Segunda Guerra Mundial*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, RJ: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2003.

¹⁵ ROQUE, Daniel Mata (org.). *A Veterana: perfil biográfico da 2ª Tenente Helena Ramos, enfermeira da Força Expedicionária Brasileira durante a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: AHIMTB, 2019. p. 59.

¹⁶ BERNARDES, Margarida Maria Rocha. *O Grupamento Feminino de Enfermagem do Exército na Força Expedicionária Brasileira durante a Segunda Guerra Mundial*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, RJ: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2003.

¹⁷ ROQUE, Daniel Mata (org.). *A Veterana: perfil biográfico da 2ª Tenente Helena Ramos, enfermeira da Força Expedicionária Brasileira durante a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: AHIMTB, 2019. p. 63.

¹⁸ BERNARDES, Margarida Maria Rocha. *O Grupamento Feminino de Enfermagem do Exército na Força Expedicionária Brasileira durante a Segunda Guerra Mundial*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, RJ: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2003. p. 120.

¹⁹ MEDEIROS, Elza Cansação. apud OLIVEIRA, Alexandre Barbosa de. *Enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira no front do pós-guerra*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010. p. 142.

²⁰ Ibid.

²¹ BRASIL. Biblioteca Nacional. *Diário de Notícias*, 1º jul 1962.

²² Documentação depositada no Centro de Documentação da II Guerra Mundial – Capitão-Enfermeira Altamira Pereira Valadares, em Batatais/SP, consultada em setembro/2021.

²³ MEDEIROS, Elza Cansação. *E foi assim que a cobra fumou*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1987. p. 112.

²⁴ OLIVEIRA, Alexandre Barbosa de. *Enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira no front do pós-guerra*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

²⁵ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. 11. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2017. p. 31.

²⁶ BERNARDES, Margarida Maria Rocha et al. *Uma enfermeira da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial: Fundo Virgínia Portocarrero da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz*. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* [online]. 2022, v. 29, n. 2. p. 531-550.

Arqueologia histórica e a vocação militar do morro Cara de Cão: resultados das primeiras prospecções realizadas na área

Ane Elisabeth Modesti Simões*

Andrea de Lessa Pinto**

Na pesquisa arqueológica realizada no morro Cara de Cão entre junho e agosto de 2019, utilizou-se como fundamentação teórica a Arqueologia Histórica, que se constitui em uma poderosa ferramenta para a realização de pesquisas arqueológicas, combinando-se registros arqueológicos obtidos em um sítio – a cultura material de um grupo – com diversos tipos de documentos, especialmente testemunhos de cronistas, cartas de sesmarias, mapas, fotos, diários pessoais, e até mesmo fontes orais, os quais permitem que seja delineado um perfil geral dos indivíduos que estavam associados a determinados assentamentos (SIMÕES, 2020). Cada um desses registros é usado pela Arqueologia Histórica de maneira específica (ORSER JR., 1992). São realizadas pesquisas em bibliotecas, acervos, arquivos, trabalhos acadêmicos e fontes primárias, de maneira que se estabeleça uma documentação necessária para dar suporte à narrativa desse passado, comparando-a com cultura material encontrada.

Essa pesquisa arqueológica destinada a uma dissertação de mestrado, realizada no morro Cara de Cão, dividiu a área total pesquisada em duas (**figura 1**): a área A, que abrangeu as linhas L01 a L13, a qual apresentou evidências de concentrações de material cerâmico pré-colonial e do período pós-contato de grupos

Tupi e outros artefatos históricos; e a área B, que se inicia a partir da linha L14 e se estende até a L29, última linha de tradagem localizada nos fundos do alojamento dos praças da Fortaleza de São João. A materialidade encontrada nesta área é preponderantemente associada ao século XIX, com algumas contribuições de elementos do século XX.

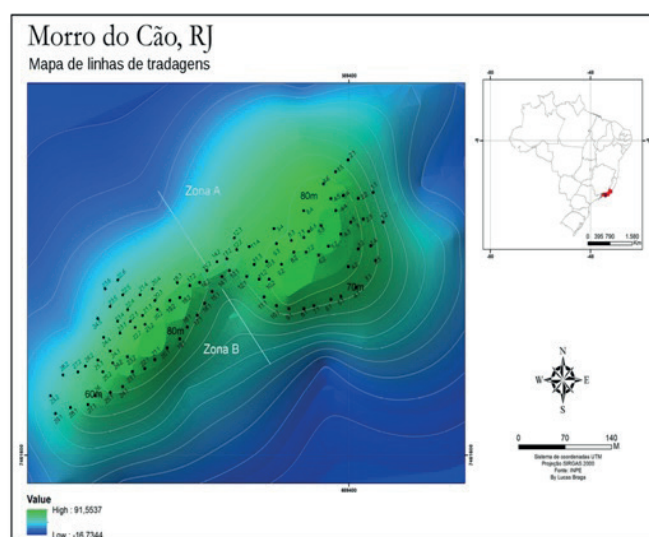


Figura 1 – Delimitação das linhas de tradagem – morro Cara de Cão, RJ

Fonte: Registro das tradagens elaborado pela autora

* Graduada em História (UVA (2010), mestre (2020) e doutoranda em Arqueologia – PPGArq/Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisadora Associada do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHIMEx).

** Arqueóloga – Professora do PPGArq/Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Na área B, encontramos no solo, quase totalmente encoberto pela vegetação, uma grande quantidade de entulhos de tijolos, telhas coloniais, argamassa com cal e conchas e manilhas vitrificadas. Esses materiais não se encontravam estruturados, mas soltos e misturados, concentrados particulamente nos pontos de tradagens a partir da linha L15 até a L20 (**figura 2**), o que dificultou os trabalhos entre esses pontos.



Figura 2 – Estratigrafia do ponto de tradagem L15/P2 com grande concentração de material construtivo – área B – morro Cara de Cão – RJ

Fonte: Acervo da autora

Edificações

Segundo consta no relatório do então coronel Marques Porto, datado de 1903 (**figura 3**), existiam na área edificações que se encontravam em péssimo estado de conservação. De fato, observamos a existência de dois paióis e uma caixa d'água em uma planta da fortaleza de 1916, os quais foram demolidos em data ainda imprecisa (**figura 4**).

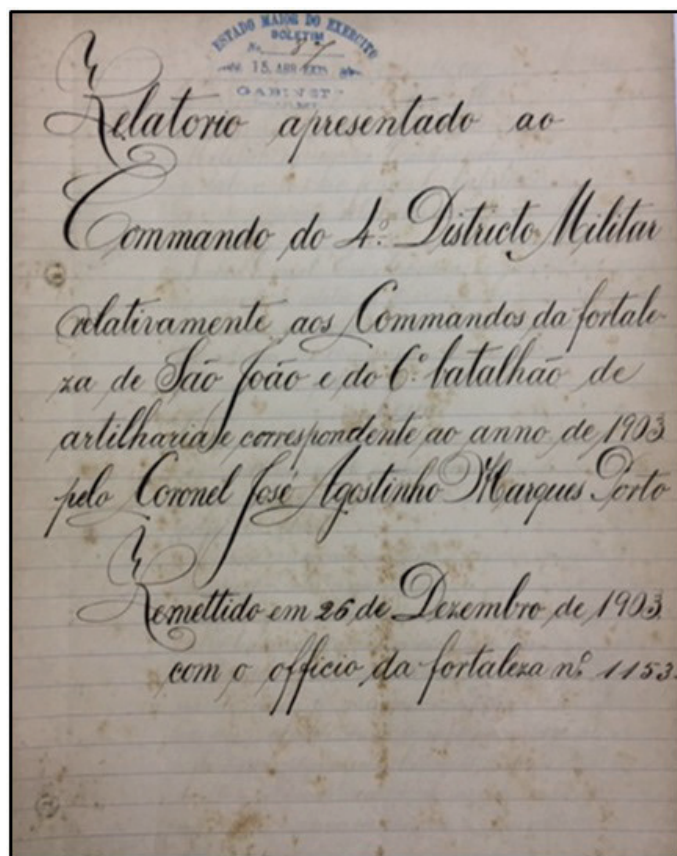


Figura 3 – Fac-símile do Relatório do coronel José Agostinho Marques Porto

Fonte: Arquivo Histórico do Exército



Figura 4 – Planta da Fortaleza de São João – Cap Volmér Augusto da Silveira, 1916

Fonte: Arquivo Histórico do Exército

Podemos verificar a posição de tais paióis no detalhe da planta de 1916 (**figura 5**) e nas fotos de 1885 de Marc Ferrez. As datas das fotos e o tipo de material construtivo encontrado nos levam a supor que essas edificações seriam datadas, pelo menos, do início do século XIX, conforme será demonstrado a seguir.



Figura 5 – Detalhe da planta da Fortaleza de São João – Cap Volmér
Augusto da Silveira, 1916
Fonte: Arquivo Histórico do Exército



Figura 6 – Enseada de Botafogo
Fonte: Foto Marc Ferrez, 1885



Figura 7 – Enseada de Botafogo
Fonte: Foto Marc Ferrez, 1885

Na superfície dessa área, encontramos também estruturas e material construtivo, que, pela sua localização e tipo, deveriam ter pertencido aos paióis. Entre elas, uma peça cilíndrica muito interessante, que deveria estar presa a uma parede e apoiada sobre um piso de placas finas, de material vermelho, com uma manilha vitrificada no centro e um cabo de cobre preso a ela (**figuras 8 e 9**). Sua função ainda não está definida.



Figuras 8 e 9 – Estrutura cilíndrica localizada na área B – morro Cara de Cão – RJ
Fonte: Acervo da autora



Figuras 10, 11 e 12 – Materiais construtivos localizados na área B – morro Cara de Cão – RJ

Fonte: Acervo da autora

Encontramos também, nas proximidades do paiol menor, pedras de cantaria, que, possivelmente, teriam pertencido a um portal, além de evidências de estruturas de tijolos e pedras a partir da superfície, o que dificultou a abertura de tradagem (**figuras 10 a 12**).

Ao realizarmos sondagens no local, encontramos grande quantidade de parafusos de ferro fundido entre as linhas L21 e L22 (**figura 16**), na superfície e em pontos de tradagens abertos na área ao redor de grandes colunas (**figura 13**). A planta de 1916 indica ter existido nessa área uma caixa d'água (**figura 14**), portanto as referidas colunas destinavam-se a suportar essa estrutura, provavelmente construída em ferro, nos moldes das utilizadas no séc. XIX. Deve ter sido desmontada por ocasião da demolição dos paióis.



Figura 13 – Colunas de pedra que suportavam a caixa d'água que supria os paióis

Fonte: Acervo da autora

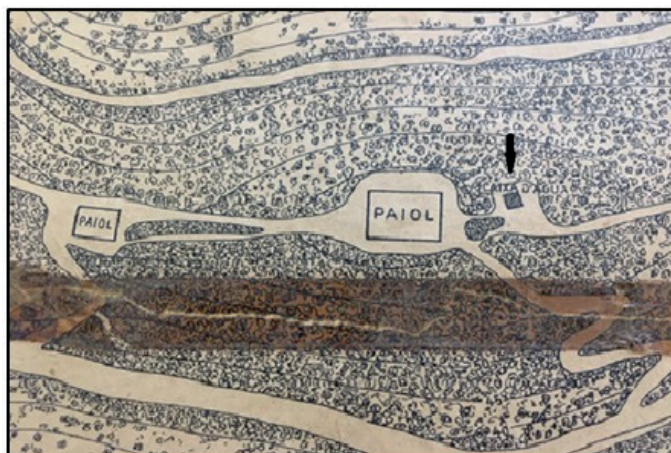


Figura 14 – Detalhe da planta da Fortaleza de São João – Cap Volmér Augusto da Silveira – 1916

Fonte: Arquivo Histórico do Exército

As caixas d'água no Brasil do século XIX geralmente seguiam o modelo retangular inglês ou belga, conforme o exemplo da **figura 15**.



Figura 15 – Caixas d'água da Estação Rafard do antigo traçado da Ytuana, depois Estrada de Ferro Sorocabana – Séc. XIX

Fonte: <http://www.panoramio.com/photo/4668525>. Acesso em: 11 fev 2020



Figura 16 – Parafusos de ferro fundido recuperados na área B – morro Cara de Cão – RJ
Fonte: Acervo da autora

Material Construtivo

Devido às medidas restritivas emitidas pela Coroa portuguesa, a industrialização da Colônia no início do século XIX era quase nenhuma. Mesmo com a chegada da Corte em 1808 e da revogação das proibições permitindo todo gênero de manufatura, o desenvolvimento industrial foi lento, difícil e malsucedido. Isso se deveu não só pela falta de mão de obra habilitada, capitais e créditos internacionais, fontes de energia (carvão), meios de transportes e até mesmo mercado consumidor, mas também pela mentalidade dominante à época, que acreditava que o país deveria ter uma economia baseada na agricultura, e que seria mais barato se importar de tudo (TELLES, 1994, p. 161).

Dessa forma, importavam-se desde tábuas e barrotes de pinho de riga a vigas e colunas de ferro, chapas para calhas, papéis de parede, material de instalação hidráulica e sanitária, azulejos, lajotas, telhas e tijolos, enfim, grande quantidade de material construtivo (TELLES, 1994, p. 128).

Encontramos vários tipos de telhas, especialmente na área B, onde, como já demonstramos, existiam edificações demolidas do século XIX.



Figuras 17 e 18 – Telha de fabricação francesa e lajota de fabricação alemã Lamberty Servais & Cie, Ehang
Fonte: Acervo da autora

Telhas do tipo canal (**figura 19**), algumas enormes, cobriam os telhados coloniais (as telhas encontradas na área possivelmente pertenceriam aos telhados dos paióis). Essas telhas já eram empregadas em Portugal desde tempos remotos e bem cedo passaram a ser fabricadas no Brasil (TELLES, 1994, p. 38).

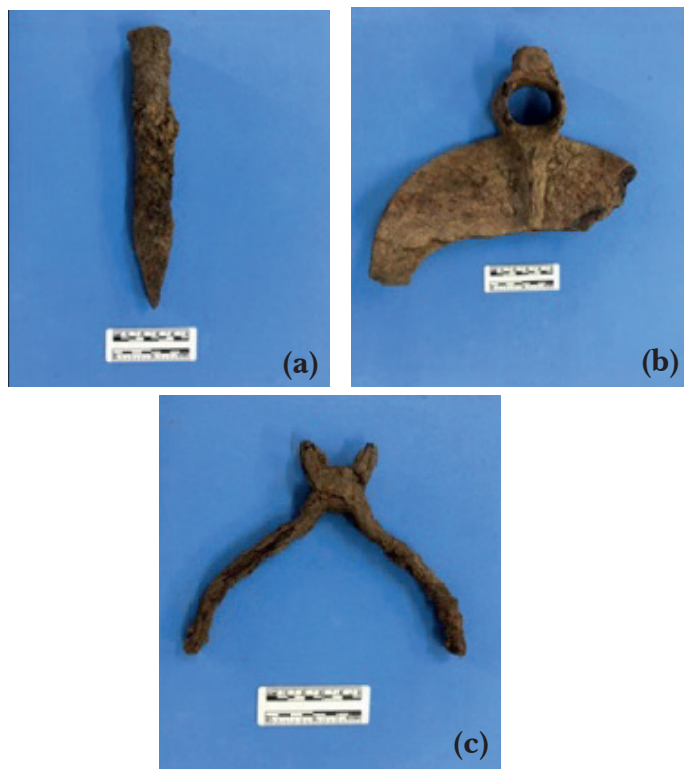


Figura 19 – Telhas coloniais recuperadas na área B – morro Cara de Cão – RJ
Fonte: Acervo da autora

Ferramentas de trabalho

O conjunto amostral abaixo representado apresenta ferramentas associadas ao cotidiano do trabalho de indivíduos, militares ou não, que circulavam pelas áreas do morro, como em obras de manutenção dos fortes e, possivelmente, horticultura.

Segundo Castro (2009, 2015), durante a Guerra do Paraguai (1864 a 1870), existiu, na Fortaleza de São João, um campo de prisioneiros do exército paraguaio, que trabalhavam soltos na área, onde poderiam plantar diversos vegetais ou árvores frutíferas.



Figuras 20 a 22 – Ferramentas de trabalho recuperadas na área B – morro Cara de Cão – RJ

Fonte: Acervo da autora

- a) Talhadeira – L27/P2 – 0-20 cm. Na lateral interna do morro, existiu uma pedreira, de onde se retiravam pedras para diversos fins, conforme relatório do Cel Marques Porto, de 1903, apresentado na **figura 3** deste trabalho.
- b) Enxada de ferro fundido – L22/P4 – 0-20 cm.
- (c) Alicates de corte – L27/P1 – 0-20cm.

Lâminas de faca em avançado estado de deterioração foram encontradas na área B, todas em profundidades entre 0-20cm, e nas linhas L20/P2, L24/P4 e L25/P1, respectivamente (**figuras 23 a 25**).



Figuras 23 a 25 – Faca e lâminas de faca recuperadas na área B – morro Cara de Cão – RJ

Fonte: Acervo da autora

Artefatos militares

Desde a fundação da cidade, o morro Cara de Cão demonstra a sua vocação militar e a missão de vigilância da Baía da Guanabara, haja vista a construção, em sua volta, de fortes e redutos: a fortaleza original da fundação da cidade, que em 1618 se transformou em Fortaleza de São João; o Reduto São Diogo (1618, localizado no interior da fortaleza); o Reduto São Theodósio (1572), atualmente aterrado; o antigo Forte de São João, que se transformou no Forte de São José (1578/1863); e o Reduto São Martinho (1567), este último desaparecido, uma vez que não se tem

conhecimento exato da sua localização e tampouco informações sobre quando foi demolido. Segundo Castro (2009), o Reduto São Martinho se localizava no alto do morro Cara de Cão, aproximadamente onde estão hoje os entulhos dos paióis.

Todos os artefatos militares recuperados nesta pesquisa, com exceção de estojos de cartuchos que aparecem em profusão na superfície de todo o morro, foram encontrados na área B e são datados desde meados do século XIX até o século XX, demonstrando a grande apropriação da paisagem e movimentação de militares nessa área (figuras 26 a 33). Esses artefatos foram classificados pelo Dr. Adler Homero Fonseca de Castro, historiador e técnico do IPHAN, em parecer datado de 9 de fevereiro de 2020.



Figuras 26 a 28 – Artefatos militares recuperados na área B – morro Cara de Cão – RJ

Fonte: Acervo da autora

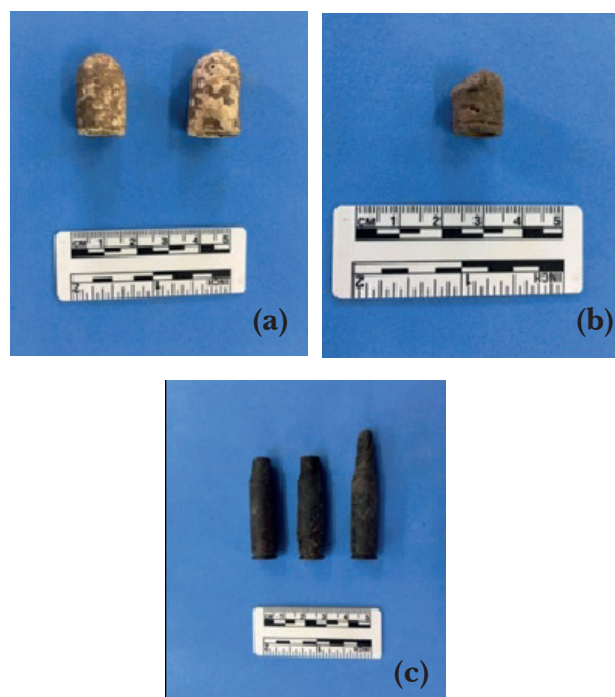
- a) Insignia de charleira (ombro), de artilharia de costa da República (1889), utilizada até 1940.
- b) Fivela de talim (cinto) da República (1889), usada até a década de 1940.
- c) (c) Guarnição de bainha de sabre-baioneta mo-

delo 1908. As duas peças metálicas eram ligadas por uma peça de couro preto (no interior da ponta, chape, ainda se observam restos do couro). Esse modelo de bainha foi utilizado até a década de 1970.



Figuras 29 e 30 – Botão de metal recuperado na área B – morro Cara de Cão – RJ – botão de metal, de 2º uniforme de soldado, do início da República – 1889/1910, com inscrição “Progresso” e “Rio”, indicando uma possível fabricação da Fundição Progresso (?)

Fonte: Acervo da autora



Figuras 31 a 33 – Projéteis e estojos de cartuchos recuperados na área B – morro Cara de Cão – RJ

Fonte: Acervo da autora

- a) Projéteis de arma Minié (ou Enfield), ambas utilizadas pelo Exército entre 1858 e 1878.
- b) Projétil de mosquetão Westley-Richards, usado pela Marinha Brasileira entre 1873 e 1895. Foi disparado e atingiu algo não muito duro ou foi disparado de uma distância muito longa.
Projétil disparado contra a fortaleza durante a Revolta da Armada (1893)?
- c) Estojos de cartuchos de fuzil/mosquetão Mauser, modelo 1908, utilizado pelo Exército até a década de 1970. O terceiro à direita se destina a tiro de festim, sendo utilizado em exercícios militares na área do morro Cara de Cão.

Moedas

Encontramos na área do morro Cara de Cão nove moedas, a maioria em péssimo estado de conservação (figuras 34 a 39). Analisando as mais bem conservadas, constatamos que são datadas da segunda década do século XIX até a quarta década do XX.

Segundo Barker (1993, p. 205), moedas, juntamente com selos, fichas e inscrições especificando datas, são provavelmente, de todos os achados arqueológicos, os mais próximos de suas datações. Como resultado, são bem-vindas nas escavações, pois fornecem evidências positivas de datação. Mas nunca devemos esquecer que elas fornecem apenas um *terminus post quem* (não anterior a...) do depósito em que elas foram encontradas. É útil também tentar estimar a data em que a moeda foi perdida como distinta da data em que foi cunhada, considerando suas condições e o desgaste que parece ter sofrido durante a circulação, e traduzir isso em anos. Isso não poderá ser verificado devido às péssimas condições de conservação de algumas das moedas encontradas.

As figuras 34 a 39 mostram moedas recuperadas na área B – morro Cara de Cão – RJ.



Figura 34 – Moeda recuperada na L22, 1823-1831 – moeda de 80 réis com carimbo geral de 40 réis – cobre)

Fonte: Acervo da autora e Livro das Moedas do Brasil



Figura 35 – Moeda recuperada na L20, 1868-1870 – 20 réis – P II – bronze

Fonte: Acervo da autora e Livro das Moedas do Brasil



Figura 36 – Moeda recuperada na L 22, 1889, 40 réis, bronze

Fonte – Acervo da autora e Livro das Moedas do Brasil

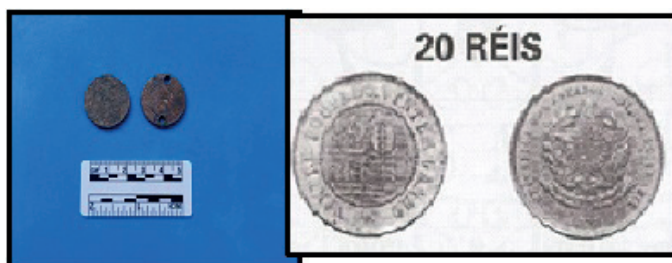


Figura 37 – Moedas recuperadas juntas na L22 – 1889-1912 – com a inscrição “Vintém Poucado é Vintém ganho” – bronze. Uma delas foi furada, possivelmente para ser presa na roupa

Fonte – Acervo da autora e Livro das Moedas do Brasil



Figura 38 – Moeda recuperada na L22, 100 réis – possivelmente 1918-1935 – cupro-níquel

Fonte: Acervo da autora e Livro das Moedas do Brasil



Figura 39 – Moeda recuperada na L29 – novo padrão monetário 1946 – cruzeiro – Getúlio Vargas, 10 centavos – bronze-alumínio


Fonte: Acervo da autora e Livro das Moedas do Brasil

Conclusão

Pela materialidade encontrada, podemos concluir que, possivelmente, a área B do morro Cara de Cão teve uma ocupação quase que exclusivamente militar, notadamente nos séculos XIX e XX. Não encontramos evidências de que existiram edificações civis do século

XVI, nem tralha doméstica tradicional europeia ou indígena, mas, conforme já comentamos anteriormente, esta pesquisa foi baseada em tradagens (não em escavações extensivas), e, portanto, possui limitações.

Nas áreas altas do morro, por sua vez, encontramos, em três locais, cerâmicas indígenas e artefatos históricos, notadamente do século XVI, que podem ter sido utilizados por grupos que se assentaram no local e participaram da fundação da cidade do Rio de Janeiro. Uma pesquisa arqueológica mais extensa poderia apresentar outras evidências da primeira ocupação da cidade nessa importante área.

Também na área A, encontramos cerâmica tupi pré-colonial. Uma vez que não temos informações de que teria existido no local alguma aldeia, acreditamos que essa área era utilizada como acampamento, possivelmente com fins de controle visual da entrada da Baía da Guanabara. Nesse ponto é preciso considerar a grande beligerância que existia, nos séculos XVI e XVII, entre os grupos locais, notadamente Tupinambá e Temiminó. É importante se observar também que, bem próximo a esse local, ainda existem ruínas de um posto de observação do exército do século XX, comprovando, mais uma vez, a vocação militar do morro Cara de Cão e o seu papel de guardião da Baía da Guanabara desde tempos imemoriáveis. 

Referências

AMATO, Cláudio; NEVES, Irlei S.; RUSSO, Armando. **Livro das Moedas do Brasil – 1643 até o presente**. 12. ed. São Paulo: Artgraph Serviços Gráficos Ltda. 2008.

BARKER, Philip. **Techniques of Archaeological Excavation**. New York: Routledge, 1993.

CASTRO, Adler Romero Fonseca de. **Muralhas de pedra, canhões de bronze, homens de ferro**. Fortificações do Brasil de 1504 a 2006. Vol. I, Rio de Janeiro: Fundação Cultural do Exército Brasileiro, 2009.

CASTRO, Adler Romero Fonseca. **Os prisioneiros de guerra paraguaios no Brasil**. Rio de Janeiro: Revista A Defesa Nacional, Ano CIII – nº 828 – 3º Quadrimestre, 2015.

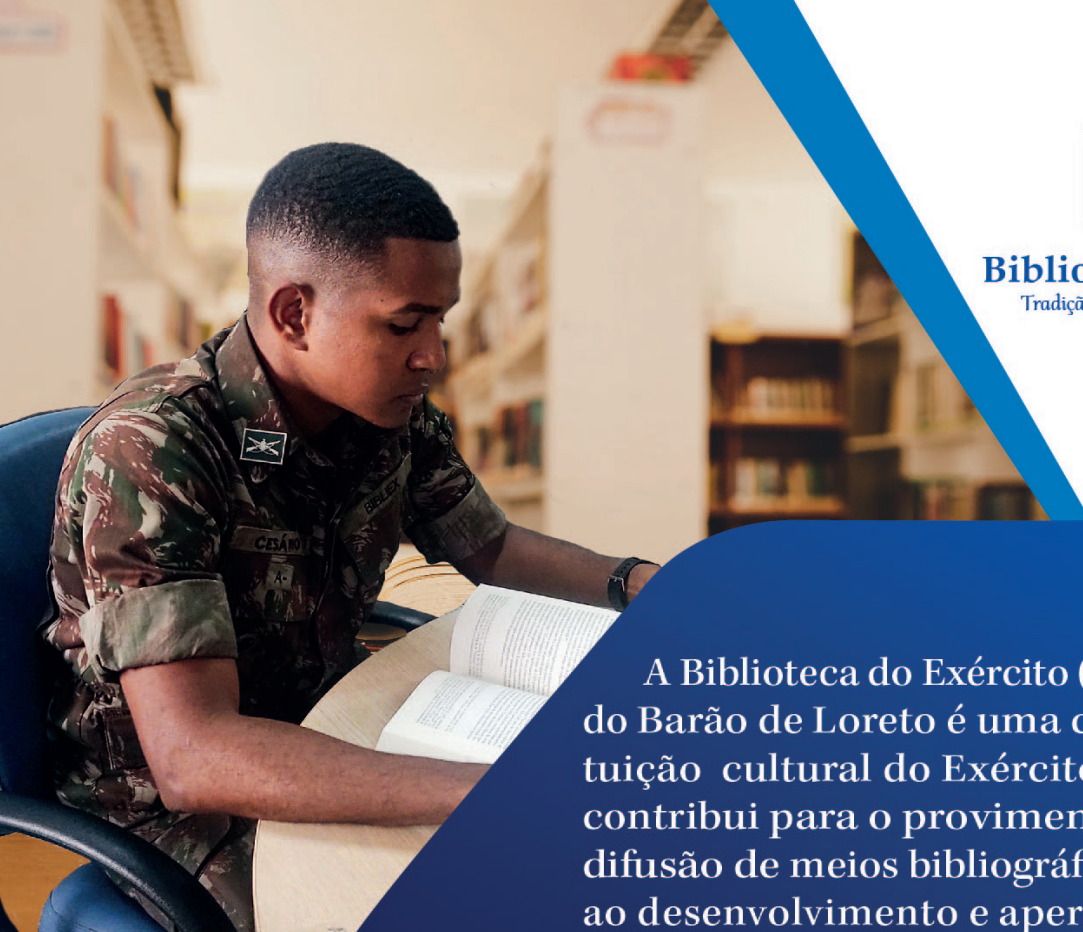
ORSER, Charles E. Jr. **Introdução à Arqueologia Histórica**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

SIMÕES, Ane Elisabeth Modesti. **História esquecida do Rio de Janeiro: As Gentes e a Paisagem no Processo de Ocupação da Cidade Velha e o Morro Cara de Cão**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. Museu Nacional/UFRJ. 2020.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. **História da Engenharia no Brasil, Séculos XVI a XIX**. 2. ed. Rio de Janeiro: Clavero, 1994.



Biblioteca do Exército
Tradição e qualidade em publicações



A Biblioteca do Exército (BIBLIEx) – Casa do Barão de Loreto é uma centenária instituição cultural do Exército Brasileiro que contribui para o provimento, a edição e a difusão de meios bibliográficos necessários ao desenvolvimento e aperfeiçoamento da cultura profissional-militar e geral.

SEJA NOSSO ASSINANTE

e receba em sua residência nossos
livros publicados.



Praça Duque de Caxias, 25
Palácio Duque de Caxias - Ala Marcílio Dias – 3º andar
Centro – CEP 20221-260 – Rio de Janeiro – RJ



Tel.: (21) 2519-5707

Acesse >>> www.bibliex.eb.mil.br

VANTAGENS DA ASSINATURA

- Alta qualidade das publicações, de interesse para militares e civis de diversas profissões, com temas de Relações Internacionais, História Geral e do Brasil, História Militar, Chefia e Liderança, Geopolítica, Ciência Política, Tecnologia de Defesa etc.
- Pagamento com desconto em relação à compra de exemplares avulsos.
- Comodidade de recebimento dos livros no endereço do assinante, via postal.

LIVROS DA COLEÇÃO GENERAL BENÍCIO

– Tipos de assinatura:

A – versão completa (10 livros, a R\$ 200,00)

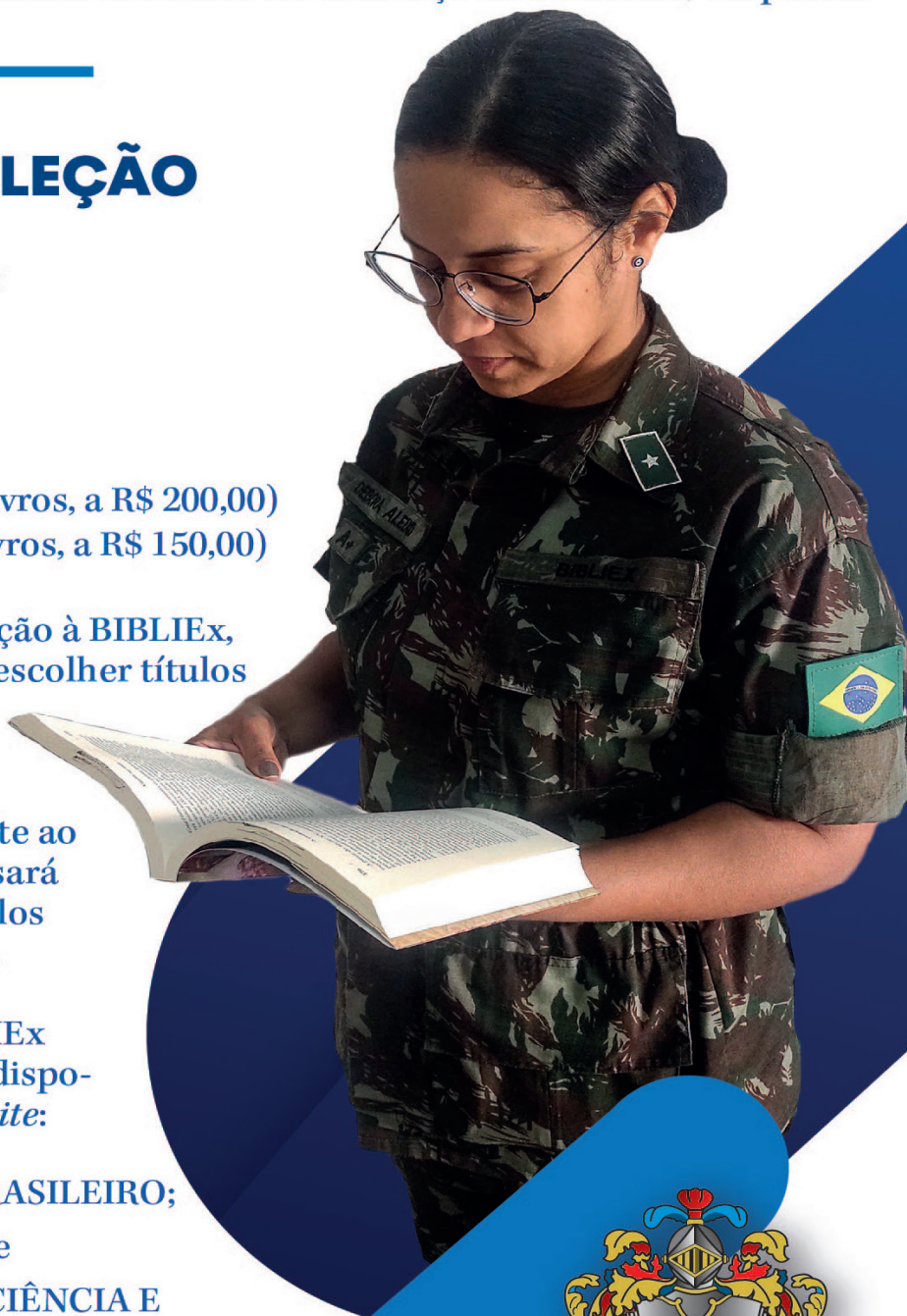
B – versão compacta (5 livros, a R\$ 150,00)

Ao efetuar sua solicitação à BIBLIEx, o novo assinante poderá escolher títulos editados no ano corrente ou em anos anteriores.

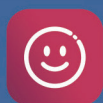
A partir do ano seguinte ao da assinatura inicial, passará a receber somente os títulos dos futuros lançamentos.

Além de livros, a BIBLIEx publica revistas digitais, disponíveis gratuitamente no *site*:

- REVISTA EXÉRCITO BRASILEIRO;
- A DEFESA NACIONAL; e
- REVISTA MILITAR DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA.



Contrate produtos da FHE POUPEX pela internet



Consórcio



Crédito com Garantia de Imóvel



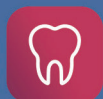
Crédito para Bens Duráveis



Crédito Imobiliário Digital



Crédito Simples Digital



Plano Odontológico



Seguro Auto



Seguro Fiança Locatícia



Seguro Residência



Seguro Viagem

Mais comodidade e segurança para você!



Aponte sua câmera
para o código ao
lado ou acesse
www.fhe.org



Aponte sua câmera
para o código ao
lado ou acesse
poupex.com.br

Aplicativo **POUPEX** e Internet Banking (POUPEX Digital)



Pexia
Especialista virtual
da POUPEX

BAIXE O APP



- ✓ Realize o cadastro digital
- ✓ Atualize dados pessoais
- ✓ Faça consultas
- ✓ Emita extratos, boletos e demonstrativos do IRPF
- ✓ Simule e contrate o Crédito Imobiliário, o Consórcio, o Crédito Simples e o Plano Odontológico



Biblioteca do Exército

Tradição e qualidade em publicações

www.bibliex.eb.mil.br

